

**ATA DA CENTÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

1
2

3 Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e sete realizou-se a Centésima Terceira Reunião Ordinária
4 do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar –
5 sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e quinze minutos, com a presença dos seguintes
6 Conselheiros: **Sr. Carlos Otaviano Brenner de Moraes**, Secretário do Meio Ambiente; **Sr. Luiz**
7 **Augusto Petry**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Edmundo Fernandes**
8 **da Silva**, Representante do Secretário da Infra-Estrutura e Logística; **Sra. Faraildes Auta de Ávila**,
9 Representante do Secretário da Educação; **Sr. Aloísio Siragelo Braun**, Representante do Secretário da
10 Ciência e Tecnologia; **Sr. Doadi Antônio Brena**, Representante do Secretário do Desenvolvimento dos
11 Assuntos Internacionais; **Sra. Rosi Guedes Bernardes**, Representante do Secretário das Obras Públicas e
12 Saneamento; **Sra. Margareth Vasata**, Representante do Secretário do Planejamento e Gestão; **Sr.**
13 **Ladimir da Silva**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Paulo Brack**, Representante
14 Suplente do INGA; **Srs. Flávio Lewgoy e Fábio Bueno**, Representantes Titular e Suplente da AGAPAN;
15 **Sra. Lisiane Becker**, Representante Titular da Mira-Serra; **Sr. Leonel Freitas Menezes**, Representante
16 Suplente dos Amigos da Floresta; **Sra. Lúcia Schild Ortiz**, Representante Titular dos Amigos da Terra;
17 **Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sra.**
18 **Elizabete Maria Zanin**, Representante Suplente da Instituição Universitária Privada; **Sra. Eloísa**
19 **Rodrigues Quines**, Representante Titular do SINDIÁGUA; **Srs. Adilson Carlos Metz e Paulino Olivo**
20 **Donatti**, Representantes Titular e Suplente da FETAG; **Sr. Clóvis Zimmer**, Representante Titular da
21 FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Luiz Antônio Borges**
22 **Germano da Silva**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr.**
23 **Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Marcelo Madeira**, Representante
24 Suplente do IBAMA; **Sr. Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do
25 Estado; **Sr. Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr.**
26 **Marcelo Maisonete Duarte**, Representante Titular da FZB – Corpo Técnico; **Sra. Maria Elisa Rosa**,
27 Representante da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Virgínia de Carvalho Fett
28 – OAB/RS; Niro Afonso Pieper – SIGA/RS; Paulo V. Viegas – Ambiente Já; Jorge Amaranto – SERGS;
29 Artur José de Lemos – SEMA; Luiz Augusto – PM/São Pedro do Sul; Ioberto T. Bannos – FAMURS;
30 Carlos A. M. Marchiori – SAALVE; Anelise O. Pereira – Três Cachoeiras. Os trabalhos foram abertos
31 pelo Sr. Carlos Otaviano Brenner de Moraes, Secretário do Meio Ambiente, e secretariados pelo Sr.
32 Francisco Luiz da Rocha Simões Pires – SEMA. **Pauta: 1. Discussão da Ata da 102ª Reunião**
33 **Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Habilitação de Municípios; 4. Recursos**
34 **Administrativos; 5. Apreciação e deliberação desempenho Plano de Aplicação dos recursos e**
35 **proposta orçamentária; 6. Aprovação do Calendário das reuniões do ano de 2008; 7. Apresentação**
36 **do Programa de Monitoramento da Qualidade do AR; 8. Assuntos Gerais. Sr. Presidente (Carlos**
37 **Otaviano Brenner de Moraes):** Prezadas senhores, prezados senhores, boa-tarde a todos. Damos por
38 aberta mais esta Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. **1. Discussão da Ata da**
39 **102ª Reunião Ordinária do CONSEMA.** Submeto à deliberação do Conselho a ata da reunião anterior.
40 Os senhores querem a leitura integral? Então, podemos colocá-la em votação. Há alguma retificação?
41 **Sra. Lisiane Becker:** Eu não sei se pode colocar agora, mas o material foi enviado ontem à noite, eu
42 creio que até fere o Estatuto ser enviado material para análise assim, tem que ser com 05 dias de
43 antecedência. É sobre a análise do orçamento, que foi enviado ontem. **Sr. Tiago Castagnetti:** Boa-tarde,
44 Conselheiros. Ontem, por volta das 14 horas, foi feito um pedido de inclusão de pauta, pelo Presidente
45 deste Conselho, da apreciação e deliberação do Plano de Aplicação dos recursos de 2008 e proposta
46 orçamentária. Pedidos de inclusão de pauta estão previstos no Regimento Interno, inclusive, até na hora
47 da reunião, tanto o Presidente como os Conselheiros podem fazer pedidos de inclusão de pauta. **Sr.**
48 **Presidente:** Relativamente à ata, podemos aprová-la? Passamos para Comunicações. **2. Comunicações.**
49 **Sr. Tiago Castagnetti: Ofício da Secretaria da Saúde** de 1º de novembro de 2007: tendo em vista a
50 impossibilidade da presença do Titular Francisco Paz e sua Suplente Laura Cruz, eles indicam Jane
51 Leonardo, Diretora Substituta da CEVS, para representar o Centro Estadual de Vigilância em Saúde na
52 reunião do Conselho do dia 20, hoje. Quem assina é Anta Bergmann – Secretária de Estado. **Sra. Laura**
53 **Londero Cruz:** Eu retifico, eu sou a suplente, vim participar. **Sr. Tiago Castagnetti:** Então, a
54 representante Jane Leonardo não veio porque a suplente pode se fazer presente. Bem-vinda, então! Temos
55 um **ofício da APA do Banhado Grande**, que vem assinado por Coordenação da CLEAPA, enviado ao
56 Presidente do CONSEMA: *Senhor Secretário, ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos informar que na*

57 comissão de luta pela efetivação da APA do Banhado Grande há diversos segmentos da sociedade
58 organizada, entre essas representatividades há pesquisadores ligados a universidades, Conselhos
59 Municipais de Meio Ambiente, departamentos ambientais, servidores municipais de Viamão, Gravataí,
60 Santo Antônio da Patrulha, membros dos Comitês Gravataí, de ONGs ambientais, representantes do
61 INCRA, da EMATER, de comunidades assentadas e moradores do entorno, de Entidades dos setores
62 produtivos, sindicato de produtores rurais e da indústria, inclusive, do órgão ambiental estadual, REFAP
63 e SEMA, responsável pela implementação da APA, bem como de empresários e lideranças da
64 comunidade local. Recentemente a TRANSPETRO, PETROBRÁS S.A., demonstrou especial interesse em
65 integrar o Conselho Gestor Deliberativo da APA. A referida empresa desenvolve atividade de transporte
66 de derivados de combustíveis fósseis pelo sistema de oleodutos toscano, que atravessa os domínios da
67 APA e três bacias hidrográficas gaúchas. Além disso, temos tido contato com Entidades de pesquisa, que
68 vem demonstrar interesse em desenvolver pesquisa objetivando o senso do selo do pantanal em perigo de
69 extinção no refúgio de vidas silvestres do Banhado do Pachecos. A CREAPA foi constituída em função da
70 tomada de consciência, da sensibilização do risco de colapso ambiental por que passa a região da área
71 se proteção ambiental do Banhado Grande e a Bacia do Gravataí. Além do intenso uso da água para os
72 mais diversos fins, a supressão das matas, a (...) humana desordenada e as péssimas práticas ecológicas,
73 tanto domésticas quanto agrícolas, tem conduzido o sistema da região ao aniquilamento, igualmente o
74 refúgio da vida silvestre do Banhado dos Pachecos, Refúgio do Banhado, inserido na APA, tem sofrido
75 restrições antrópicas diversas. Comissão de Luta pela Efetivação da APA do Banhado Grande –
76 CREAPA. Tem a continuação: O Estado reconheceu a importância da preservação da bacia e a
77 qualidade de vida da região metropolitana, em 1998 foi criado pelo Decreto Estadual nº 38.971/98 a
78 APA BG, depois, em 2002, o Refúgio do Banhado. Entretanto, até agora não houve a efetiva
79 implementação da APA e do Refúgio com a formação do devido Conselho Gestor Deliberativo da APA e
80 consultivo do Refúgio, o zoneamento econômico e o plano de manejo, que vive um momento crítico de
81 uma situação crônica. O Estado, através de seus sucessivos governos, representado por Secretários de
82 Estado de Meio Ambiente, tem reconhecido a importância da participação da sociedade na gestão
83 ambiental. Nesse caso específico, chegou a oficial o conhecimento da CREAPA, criando uma comissão
84 provisória para a criação do Conselho Gestor Deliberativo da APA BG, através da Portaria nº
85 046/2006. Reiteramos que o processo de criação do Conselho Gestor da APA BG já vinha sendo
86 discutido há anos, tendo sido realizado seminário em 2005, no auditório da SEMA, quatro reuniões,
87 audiências nas cidades de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão, tudo sob
88 organização da sociedade organizada, onde inclui-se a SEMA. Um parecer jurídico da SEMA, constante
89 no Processo Administrativo nº 11.505.0500/06-06, que trata da APA do Banhado Grande, é trazido à
90 baila a necessidade do reexame da nominata sugerida, com vista a alcançar a medida correta da
91 legitimidade, eficácia e efetividade das deliberações. Por fim, solicitamos que Vossa Senhoria dê
92 prosseguimentos aos termos da Portaria nº 046/2006, chamando uma última reunião antes e constituir o
93 Conselho Gestor Deliberativo da APA do Banhado Grande. Confiando em sua crescente administração,
94 despedimo-nos com saudações ecológicas, aguardando breve contato. Atenciosamente, Coordenação do
95 CREAPA. **Sr. Presidente:** Só uma informação aos senhores. De fato, o secretário anterior, através de uma
96 portaria constituída em caráter provisório, um comitê, uma comissão, eram previstas quatro reuniões,
97 ocorreram três e não ocorreu a quarta. Nós marcamos e peço que consigne na ata, inclusive, como
98 comunicação a todas as Entidades, para o próximo dia 10 de janeiro, às 9h30min, aqui no 11º andar, a
99 quarta reunião para que possamos chegar à constituição definitiva do Conselho da APA do Banhado
100 Grande. **Sr. Tiago Castagnetti:** No segmento das comunicações, **justificativa de ausência:** Prezados
101 Senhores, informamos a ausência da presença do Professor Eduardo Aléxis Lobo Alcayaga na referida
102 reunião, pois nesse período o Professor estará em período de férias. Atenciosamente, Danúbia Oliveira.
103 Na seqüência das comunicações nós temos **ofícios das ONGs**, que são sugestões de pauta para o ano de
104 2008. A totalidade dessas sugestões chega a quase sete páginas. Então, eu consultaria, Sr. Presidente, se
105 podemos deixar para Assuntos Gerais, inclusive, poderia ser explanado pelos Conselheiros. Está de
106 acordo. **Comunicação do Secretário de Estado do Planejamento e Gestão:** Senhor Secretário, dirijo-me
107 a Vossa Excelência com a finalidade de informar que a Sra. Margareth Vasata M. Silva, representante
108 suplente desta Secretaria no Conselho de Recursos Hídricos, deverá participar da 103ª Reunião
109 Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, a ser realizada no próximo dia 20 de
110 dezembro, tendo em vista que o Sr. Josué Vieira da Costa, que é representante suplente desta pasta não

111 *poderá comparecer em razão de outro compromisso inadiável no mesmo horário. Atenciosamente,*
112 *Ariosto Culau – Secretário de Estado do Planejamento e Gestão. **Ofício da AGAPAN:** Senhor*
113 *Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos dar ciência do ofício em anexo, protocolado junto à*
114 *Presidência da Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria deste Conselho, que informou a saída*
115 *dos membros da AGAPAN da mesma, bem como, a exposição dos motivos de tal decisão. Outrossim,*
116 *requer-se que seja lido o ofício, cuja cópia foi anexada à presente. Eu também consultaria os senhores se*
117 *podemos ler o ofício em Assuntos Gerais? De acordo. **Sr. Presidente:** Conselheiros, para seguir a letra-*
118 *fria da lei, que é o nosso Regimento Interno, eu pediria que quanto à ata da reunião anterior, quem aprova,*
119 *por favor, levante a mão. Dezessete votos. Quem é contrário? Quem se abstém? Duas abstenções. Está*
120 ***aprovada.** Como terceiro item de pauta, Habilitação de Municípios. Pieper, por gentileza. **3. Habilitação***
121 ***de Municípios. Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente, Senhores Conselheiros, mais uma vez venho*
122 *trazer um resumo dos municípios que estão na pauta de hoje. Eu tomo a liberdade de fazer por ordem de*
123 *população, temos um município de porte hoje, que é Santo Ângelo. O **Município de Santo Ângelo** fica na*
124 *região centro-oeste, uma população de 68.127 habitantes e uma área territorial de 80Km². A estrutura*
125 *administrativa voltada para o meio ambiente é um Departamento Municipal de Meio Ambiente, vinculado*
126 *diretamente ao Gabinete do Prefeito. O grupo técnico é um biólogo, possui três fiscais ambientais, uma*
127 *equipe multidisciplinar. A base econômica é a agricultura: soja, milho, trigo, feijão, arroz, mandioca, com*
128 *certeza soja é o principal produto. Na pecuária é bovinos e suínos, aves e ovinos. Há um quantitativo de*
129 *indústrias, 169 indústrias, 1.500 casas de comércio, quase 3.500 prestadores de serviço. E um destaque, o*
130 *município dispõe de dois distritos industriais, mais um condomínio e mais um até chamado “shopping de*
131 *fábricas”. Os principais impactos: resíduos da construção civil, (...) inservíveis, inclusive, o município*
132 *tem um projeto muito interessante, que é um convênio com a NIB, que é modelo para toda a região,*
133 *outros municípios estão copiando. Eles têm um posto de recolhimento e todos os empreendedores*
134 *privados, as borracharias, são ecopostos também conveniados com esse ecoposto criado pelo município.*
135 *O temos deles era que não passasse pelo Tribunal de Contas, mas passou ileso, por isso está sendo*
136 *copiado, porque teve uma boa justificativa. Outro impacto: resíduo agropecuário e industrial, agrotóxicos,*
137 *resíduos de incineração, produtos químicos, resíduos de serviço de saúde, aerossóis, resíduos inertes,*
138 *gorduras animais e vegetais, resíduos não industriais perigosos. Basicamente, a soja e indústria que é a*
139 *preocupação do município. Depois são os programas e projetos, que é uma lista extensa, podemos passar.*
140 *Então, tem um programa de educação ambiental com os seus subprojetos; programa de gerenciamento da*
141 *arborização; Programa Cidadania Todo Dia, inclusive, a Prefeitura nos Bairros faz parte, que é uma*
142 *interiorização local da administração com vários outros. Tem o Programa de Gerenciamento dos Recursos*
143 *Hídricos, Programa Qualidade de Vida, Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Urbanos,*
144 *programa de resíduos produzidos por meio rural e um programa de gerenciamento de efluentes. Não*
145 *restaram pendências e a aprovação do parecer foi por unanimidade, tanto na comissão quanto na Câmara*
146 *Técnica. Faça a leitura em bloco, de todos? Há um destaque. **Sr. Maurício Colombo:** Existe alguma*
147 *previsão de concurso público dentro do projeto? **Sr. Niro Afonso Pieper:** O concurso público na época*
148 *da elaboração do parecer já estava em andamento. Eu acredito que só não foi homologado ainda,*
149 *inclusive, os três fiscais que constam no parecer são fiscais sanitários, não comportaria, mas o concurso*
150 *público é colocado como condição por nós. Esse processo até era para ter subido, mas a situação exata eu*
151 *não tenho como te informar. Eu acredito que esteja com as provas realizadas. Passamos ao **Município de***
152 ***Carazinho.** Carazinho também é um município grande, tem uma característica interessante, porque é o*
153 *maior entroncamento rodoviário, um anel rodoviário e também ferroviário do Rio Grande do Sul. São*
154 *duas as principais rodovias do Rio Grande do Sul e o próprio perfil socioeconômico reflete um pouco isso*
155 *aí. Então, quase 60 mil habitantes e uma área territorial de 665Km, que até é uma área territorial grande.*
156 *A Administração Municipal é uma Secretaria com um nome bastante extenso, que é um departamento de*
157 *meio ambiente dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola de Indústria, Comércio e*
158 *Meio Ambiente. Na Câmara Técnica houve uma sugestão de desmembramento e isso parece que está em*
159 *vias de acontecer. O licenciador é um engenheiro civil, existe um fiscal, todos eles concursados e essa*
160 *Secretaria tem 43 funcionários concursados, se não me falha a memória, e um total de 59. A equipe*
161 *multidisciplinar tem uma bióloga, um engenheiro civil e um químico, sendo que um desses profissionais é*
162 *pós-graduado em meio ambiente. A base econômica dá para destacar pelo percentual que cada uma*
163 *participa, a agropecuária representa 68 milhões, a indústria 191 milhões e a prestação de serviço 306*
164 *milhões, fruto da questão de logística. Os principais impactos: fiscalização precária que falta de cuidados*

165 especiais com o parque municipal, falta de legislação e de recursos, o que tem dificultado a ação de
166 medidas de proteção, o estado de conservação dos parques, invasões, lançamento de efluentes, falta de
167 planejamento da arborização, carência de inventários e pesquisa sobre a biodiversidade local. Na verdade,
168 isso é o diagnóstico e haverá, com certeza, o trabalho para enfrentá-lo. Os programas e projetos:
169 esgotamento sanitário, sistema de reciclagem de resíduos, arborização urbana. Aqui consta a criação do
170 Parque Municipal, mas é a regularização dele no Sistema Estadual de Unidade de Conservação, o parque
171 já existe. Plano de gerenciamento de resíduos sólidos e programas de educação ambiental. Esse parque é
172 o refúgio de uma das espécies ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul, que é o papagaio-charão. É
173 outro processo que veio “limpo”, não tem pendências, tem um plano ambiental bastante elogia por quem
174 o analisou, foi aprovado por unanimidade. Algum destaque para este? Então, passamos para o **Município**
175 **Três Cachoeiras**. Na verdade, é a parte litorânea norte, atravessada pela rodovia 101. A população é de
176 quase 10 mil habitantes, uma área territorial de 2.253Km². Tem um ecossistema bastante variado, uma
177 cota de 5, 10, às vezes até quase mil metros de altitude, e os planos geralmente refletem isso. A estrutura
178 é um Departamento de Meio Ambiente com assessoria técnica, uma equipe de fiscalização ligada à
179 Secretaria da Administração. Tem o licenciador, o fiscal, até tem alguns presentes aqui. A base
180 econômica é a agricultura, planta-se muita banana lá, na pecuária um rebanho com 9 mil cabeças, a
181 indústria com 25 indústrias de móveis e esquadrias, e várias outras citadas aí. Os principais impactos
182 ambientais: uso de agroquímicos, a questão das embalagens de agroquímicos, esgoto cloacal doméstico,
183 esgoto das criações, resíduos das criações, irrigação sem controle, desmatamento, erosão e perdas de solo,
184 no caso são áreas verdes, extrativismo e exposição de resíduos sólidos. São problemas remanescentes que
185 serão enfrentados com os seguintes programas: Programa de Qualidade Ambiental, Programa de
186 Educação Ambiental. São esses os dois programas e os projetos já constavam ali. É outro processo
187 aprovado por unanimidade. Esse plano ambiental de Três cachoeiras em parte foi feito com recursos do
188 Estado, através da consulta popular de 2005. O **Município de Nova Bassano**. É um município que fica
189 depois de Bento Gonçalves, indo a Passo Fundo, região nordeste do Estado com uma população em torno
190 de 8 mil habitantes, uma área de 212Km². O órgão municipal do meio ambiente, o órgão local, aquele
191 integrante do CISNAMA, no caso de Nova Bassano é um setor de meio ambiente inserido na Secretaria
192 da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente. O licenciador é uma arquiteta, tem o fiscal, sempre
193 atendendo a Resolução nº 67/2007, que diz que tem que ser pessoal de quadro. E tem uma equipe
194 multidisciplinar com uma bióloga e um engenheiro agrônomo. A base econômica é bastante diversificada,
195 com produtos de toda a ordem, tem criações de toda a ordem, mas tem um certo destaque para a indústria
196 metalúrgica e para a fábrica de rações, que, na verdade, é a maior do Estado. O Conselheiro lembrou aqui
197 que na indústria tem a Medabil, que é uma unidade de porte. Os programas e projetos: coleta e destino de
198 embalagens de agrotóxicos, implantação do viveiro florestal municipal, gestão de resíduos sólidos,
199 sistema de tratamento de esgotos, dejetos suínos, implementação do para departamento de licenciamento
200 e fiscalização ambiental, ou seja, com uma sinalização de que o setor virará um departamento. Nós
201 fizemos uma leitura rigorosa do projeto de recuperação de matas ciliares e áreas degradadas e um
202 programa municipal de educação ambiental. Há uma complementação, com o prazo de 90 dias, que é a
203 complementação dos mapas e o zoneamento ambiental. O processo foi igualmente provado por
204 unanimidade, tanto na Comissão de Municipalização, quanto na Câmara Técnica. Por último o **Município**
205 **de Barão**, cujos técnicos também nos dão a honra da presença aqui. Eu não vou falar da história rica de
206 Barão, inclusive, que deu origem ao nome. Na verdade, tem origem e uma estação ferroviária e o barão
207 era quem construía a estação. Essa estação ferroviária na foto é a sede da Administração Municipal. A
208 população é de 5.334 habitantes, uma área de 125Km². É de relevância destacar que o Município de
209 Barão, que é o menor que estamos analisando hoje, tem uma Secretaria de Meio Ambiente, embora a
210 titularidade seja acumulada por outra Secretaria, mas tem uma Secretaria de Meio Ambiente. Tem um
211 licenciado que é uma enfermeira, é registrada no Conselho, um fiscal e uma equipe multidisciplinar, tem
212 um engenheiro agrônomo, um engenheiro civil e um técnico de meio ambiente. Antes que gere celeuma,
213 na verdade, foi aprovado assim na Câmara Técnica para poder bem atender a Resolução nº 167/2007, que
214 seja dos quadros. Então, existe um quadro adequado para o trato do meio, cujos outros não atenderiam
215 adequadamente a resolução na questão de integrar o quadro de servidores. A base econômica é bem
216 variada, mas, também, um destaque para produtos ortopédicos, que é de relevância para o município,
217 calçados e vestuário, além da produção da pequena propriedade agrícola, inclusive, com produção de
218 lenha. Os principais impactos: a falta de sensibilização e comprometimento da população com a

219 problemática ambiental, intensas atividades de avicultura, suinocultura, bovinocultura e silvicultura que
220 necessitam de manejo adequado e licenciamento ambiental, necessidade de sistemas de drenagem fluvial
221 e acentuação da erosão nos leitos dos arroios é alta pelas condições naturais, são lugares de bastante
222 declividade e vales bastante acentuados, e ocupação pontual de margens e arroios, ocupação de área de
223 preservação com alta declividade com espécies exóticas. Além disso, tem a proliferação de inseto
224 borrachudo, queima e disposição inadequada de lixos, descarga de matéria orgânica nos cursos d'água por
225 medidas da agroindústria, também esgotamento sanitário, falta de fiscalização na zona rural sobre a
226 poluição do esgotamento doméstico, a necessidade de uso sustentável e preservação do patrimônio natural
227 e histórico. Programas e projetos são: educação ambiental, reflorestamento de árvores, preservação
228 permanente, coleta seletiva do lixo e resíduos sólidos urbanos, saneamento, esgoto, atividades
229 ecoturísticas, construção e ampliação de estrumeiras. O plano necessita de um aprimoramento, o
230 zoneamento ambiental, que não está constando, mas até fui consultar, zoneamento ambiental em 90 dias
231 também para apresentação. Foi igualmente aprovado por unanimidade. Faço um registro, que eu acho que
232 dá segurança, na verdade, nas duas últimas reuniões da Câmara Técnica, não foram apenas esses
233 municípios analisados, existia um outro município que estava na pauta e foi devidamente devolvido à
234 Comissão, porque estava recheado de pendências, por isso foi havido por bem devolver. São esses os
235 relatórios, Sr. Presidente. **Sr. Flávio Lewgoy:** Boa-tarde. Eu cheguei um pouco tarde, mas a tempo de ver
236 as aprovações da comissão técnica, por unanimidade todos os municípios. Apesar de algumas restrições
237 não tinha achado nada, mas este último realmente extravasou completamente as normas e do senso
238 comum. Com devido respeito que eu sempre tive pela profissão de enfermeira, pela pessoa que eu não
239 conheço, que eu acredito que seja uma pessoa idônea. Do ponto de vista objetivo é o perfeito absurdo
240 uma enfermeira, que devia estar cuidando da sua profissão, dos seus doentes no hospital, está cuidando de
241 licenciamento ambiental. Essa comissão tem que levar um puxão de orelhas! Perdoem a franqueza, mas
242 por ter aprovado por unanimidade o licenciamento para esse município. Francamente, eu sou pela
243 devolução desse processo à comissão para que tornem a avaliá-lo e para que notifique ao município
244 interessado que corrija essa parte. Obrigado. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Eu fiz a mesma observação na
245 Câmara Técnica, embora lá tenha que me manter como Presidente que sou, mas se fosse a minha
246 profissão, sou administrador, eu não concordaria, não votaria e não induziria ninguém a votar. Agora, nós
247 temos uma inter-relação com as funções dentro da sociedade, eu acho que a área da saúde, inclusive, está
248 muito afastada, isso seria uma oportunidade de termos essa inter-relação entre as profissões. Por que não?
249 O quadro à disposição tem todas as profissões que potencialmente o município vai utilizar. O Prefeito
250 Municipal esteve lá, eu posso falar, não é gravado, não é registrado literalmente como aqui, mas ele disse
251 que estava, inclusive, providenciando essa alteração. Nós não vimos nenhum óbice disso ser aprovado,
252 haja vista a proximidade da área de saúde, saneamento, meio ambiente e outras mais que possam
253 colaborar com a proteção ambiental. **Sra. Lisiane Becker:** Eu gostaria de colocar algumas questões, até
254 complementar o que disse o Professor Lewgoy. A unanimidade aí se dá por um mínimo, parece que a
255 Câmara Técnica estava toda, eu me retirei da Câmara Técnica por não estarem sendo observados algumas
256 solicitações já constantes em atos anteriores. Até vou pedir votação independente para não prejudicar
257 nenhum município. O que acontece é o seguinte: os municípios foram vistos todos em uma tarde só, quem
258 participa da Câmara Técnica sabe que quando é uma tarde tranquila, dois ou três municípios é o máximo
259 que se tem tempo e respeito para com os municípios que estão aí. Então, debate-se, discute-se, é quase
260 uma lição didática pedagógica ambiental. Há muitos municípios que nem sequer sabem que podem
261 plantar nativas, não sabem os subsídios que existem, aí a própria Câmara Técnica começa a dar sugestões
262 de unidades de conservação, mas quando há uma quantidade assim fica praticamente inviável, eu diria
263 que fica impossível de ter um trabalho responsável e com qualidade. Então, eu saí, digamos, bastante
264 indignada, porque eu já havia pedido isso em outro momento, constante em ata, solicitei que não
265 houvesse essa quantidade, mas me parece que vai ser rotina isso, tendo em vista o número de municípios
266 que há para serem observados, perde o Prefeito, perde a Câmara Técnica. Então, isso de que foi aprovado
267 por unanimidade, o quorum foi baixo, eram nove comigo, eu saí e ficaram oito. Então, não é toda a
268 Câmara Técnica para dizer que foi por unanimidade. E eu acho que deveria haver gravações nas Câmaras
269 Técnicas, porque o que há de problemas nessas atas, é uma coisa impressionante, inclusive, até trocam os
270 nomes dos Conselheiros que estão presentes. Então, em todas as Câmaras Técnicas, são duas vezes por
271 mês, têm correções. E, às vezes, ainda sim, quando se dá por escrito, não colocam o que foi escrito.
272 Então, nós deveríamos gravar essas reuniões, porque tem ata que não está com a correção que foi enviada.

273 Então, nesse sentido eu peço que seja separado, não se vote em bloco, porque eu, por exemplo, vou votar
274 contra todos esses, com exceção de Santo Ângelo, porque foi um processo que se analisou, debateu-se e
275 eu vi que é um município que tem condições. Há um biólogo, inclusive, que foi aprovado em concurso. O
276 município realmente mostrou um plano. Outra coisa que faltou, desses municípios três não tinha
277 caracterização da fauna, que é obrigatório constar nos relatórios. Nesse resumo que veio para nós vocês
278 podem ver que está faltando a caracterização de fauna de três deles. Isso eu também solicitei que
279 constasse em ata, porque isso é uma obrigação. Eu como bióloga vou ver um programa ambiental, se tem
280 condições ou não, em relação aos indicadores da fauna, isso faltou e já tinha sido solicitado por mim na
281 reunião anterior. Então, eu me retirei da reunião justamente por causa disso, além da sobrecarga de
282 municípios, o que é um desrespeito com os representantes, e pela falta de caracterização de fauna. **Sr.**
283 **Paulo Brack:** Boa-tarde a todos. Eu considero, na mesma linha do Professor Lewgoy, quanto à atribuição
284 profissional de enfermeira para fazer licenciamento, creio que nós não poderíamos nem votar, inclusive,
285 profissões que não tenham essa atribuição. Então, eu não me sinto à vontade, inclusive, até de perpetuar
286 uma irregularidade. Eu creio que seria importante que esses técnicos que fazem parte tanto do
287 licenciamento, fiscais, enfim, a equipe multidisciplinar, que enviassem o currículo deles. Eu não sei
288 quantas pessoas participam da Câmara Técnica, mas me surpreende que todos os membros não estejam
289 cientes dos pareceres ou que se baseiem em extratos. Eu parto do princípio que a pressa é a inimiga da
290 precaução. Eu acho que realmente tem municípios, como Carazinho, Santo Ângelo, pareceu-me que não
291 haveria problemas. Eu fico sem muita base para votar a favor de outros municípios. O Município de
292 Barão é um caso bem claro que eu não tenho condições de votar a favor, de certa maneira nós
293 precisaríamos ter mais dados referentes a essas equipes, a formação dos profissionais, a questão de
294 contratação. Eu acho que já está, inclusive, sendo colocado, alguns são CCs, outros não, eu acho que já
295 está tendo essa preocupação. Eu até reconheço que a Câmara Técnica está “apertando” os municípios para
296 que façam concurso, que é um aspecto positivo. Por outro lado, também sinto a dificuldade de nós
297 podermos acompanhar esses processos. Então, em relação ao barão nós não teremos condição de votar.
298 **Sr. Niro Afonso Pieper:** Na verdade, a reunião na Câmara Técnica semana passada terminou às
299 18h30min. Então, não houve atropelamento na análise, deu para analisar razoavelmente dentro de meia
300 hora cada um dos municípios. Segundo, na Câmara Técnica se analisa integralmente o parecer e ainda
301 estão à disposição os processos. Por último, gostaria de fazer uma pequena correção, a enfermeira que
302 está gerando essa discussão será responsável pelo documento, pelo ato administrativo final, o
303 licenciamento não será feito integralmente por ela. Então, essa é a correção que deve ser feita. Um
304 profissional mais afastado da área talvez não tivesse condições de interpretar o conjunto dos documentos
305 parciais e os procedimentos dentro dos licenciamentos. Essa análise é o que está pesando na decisão do
306 Conselho. **Sr. Doadi Antônio Brena:** Eu gostaria de trazer aqui um elemento adicional à colocação do
307 Professor Lewgoy, no sentido de que nós precisaríamos ter, seria desejável que tivéssemos, encabeçando
308 os licenciamentos os profissionais ligados. Penso que esse processo iniciou com o concurso para analista
309 ambiental do IBAMA, onde temos analistas ambientais das mais diversas formações e que no órgão
310 público federal estão aptos a emitir parecer e licenciar atividade em âmbito federal. Então, a questão é
311 como que aqui no CONSEMA nós poderíamos impedir um profissional de desempenhar a atividade em
312 âmbito nacional. **Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez:** Só um esclarecimento. No relatório de Nova
313 Bassano, no parecer final consta que há uma pendência em 180 dias, ali foi colocado 90. **Sr. Niro Afonso**
314 **Pieper:** E ia consultar o parecer, mas na Câmara Técnica foi aprovado 90 dias, por isso consta 90 dias ali.
315 **Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação? Então, eu proponho uma votação de processo por processo.
316 Primeiro para apreciação é o Município de Santo Ângelo, por gentileza, quem é a favor? Vinte dois votos.
317 Contra? Nenhum. Abstenções? Nenhum. Está **aprovado**. O Município de Carazinho, os Conselheiros que
318 votam a favor, por gentileza. Vinte. Contrários? Três. Abstenções? Nenhuma. **aprovado**. O Município de
319 Três Cachoeiras, por gentileza, quem é favorável? Dezesesseis. Votos contrários? Abstenções? Duas.
320 **aprovado**. O Município de Nova Bassano, por gentileza, quem é a favor? Dezenove. Contrários? Dois.
321 Abstenções? Dois. **aprovado**. Quanto ao Município de Barão eu proponho ao Plenário examiná-lo no
322 seguinte passo: a proposta feita pelo Conselheiro Lewgoy, que importaria em uma diligência, o Conselho
323 não apreciaria o pedido e retornaria o expediente à deliberação da Câmara Técnica para que sejam
324 esclarecidas essas questões. Se, porventura, a maioria assim decidir assim estará decidido, caso contrário
325 examinaremos o mérito. Concordam com esse mérito? Então, por gentileza, quem vota pelo retorno à
326 Câmara Técnica o processo de Barão para que seja reexaminado no que diz respeito à qualificação do

327 profissional e a falta do estudo da fauna? Dezoito. Quem não concorda? Três. Quem se abstém? Dois.
328 Então, **aprovado** que esse processo retorne para exame da Câmara Técnica. Quanto aos demais
329 proclamamos suas aprovações. **4. Recursos Administrativos.** O próximo processo em pauta diz respeito
330 a dois recursos administrativos. Eu convido o Conselheiro Germano para que faça o relatório. Senhoras e
331 senhores Conselheiros, antes de passarmos a palavra ao relator, eu tenho dois compromissos, um com o
332 Secretariado e outro com a Governadora agora à tarde. Eu gostaria de agradecer-lhes a presença nesta
333 reunião e de nome pessoal, dos colaboradores, desejar a todos um feliz Natal e um próspero ano-novo. As
334 portas da Secretaria, especialmente do Gabinete do Secretário, estão inteiramente abertas e à disposição
335 de todo e qualquer cidadão e de modo especial aos membros deste Conselho. Agradeço a atenção e passo
336 a Presidência dos trabalhos ao Secretário Adjunto, o Dr. Francisco. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano**
337 **da Silva:** O primeiro recurso foi impetrado pela Empresa Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio.
338 Eu vou resumir porque é um processo muito grande. A Oxiteno queria mandar um pr químico de Triunfo
339 para a Argentina e contratou uma empresa uruguaia para fazer esse transporte, a empresa não estava
340 licenciada pelo órgão ambiental estadual, estava levando o produto e tombou. O produto era o metil-etil-
341 cetona, o MEK. Esse produto se espalhou em um raio pequeno, contaminou o solo, tinha uma espécie de
342 córrego também, evidentemente, parte evaporou, porque este é um solvente extremamente volátil. A
343 FEPAM, então, multou a empresa por ter entregue o produto a uma empresa não autorizada para esse
344 transporte, multou em R\$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais). A empresa em sua defesa, quer dizer, em
345 várias vezes, alega o seguinte: que não houve poluição, porque ela fez os testes e não achou poluição; que
346 agiu prontamente para recuperar ou causar um dano maior e que a empresa tem a ISO 14.000. Na nossa
347 opinião no momento em que ela entregou um produto perigoso para ser transportado é a mesma coisa que
348 entregar um carro a um motorista não habilitado. Então, a Câmara Técnica decide manter a penalidade e a
349 ISO 14.000 é um agravante e não um atenuante, porque se ela tem a ISO 14.000 deveria saber muito bem
350 que não pode entregar produtos a pessoas ou transportadoras não autorizadas. Foi essa a relatoria. **Sr.**
351 **Presidente (Sr. Francisco Luiz da Rocha Simões Pires):** Conselheiro Germano, pode apresentar o
352 segundo, depois vamos discutir os dois. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** O segundo recurso
353 é de Salomão Imóveis Construção, Terraplanagem e Serviços Ltda. Neste caso realmente fiquei em
354 dúvida, porque eles alegaram uma coisa, mas, primeiramente, essa empresa recolhia resíduos de saúde e
355 colocava em um terreno da Prefeitura, aí começou a ficar meio caro, a Prefeitura começou a querer cobrar
356 muito e aí ela comprou a terra ao lado daquele terreno onde guardava. Ela entrou com um pedido de
357 licença de operação direto, porque, segundo ele, não tinha tempo para pedir LP e LI, já que ele tinha
358 conhecimento das valas assépticas do terreno da Prefeitura. Ora, já tem o *know-how*, entra logo com a
359 LO. Quando a FEPAM recebeu esse pedido, ele embasava dizendo que tinha pressa, que já estava
360 colocando na vala, segundo informação do próprio recorrente. A FEPAM, então, vendo aquele processo
361 de LO direto aplicou uma multa, porque ele estaria já operando na vala. A empresa esqueceu o processo,
362 pediu para cancelar esse pedido de LO, dizendo que havia um erro do técnico que pediu, que eles não
363 estavam operando. Eles pediram para dois técnicos da Prefeitura de Passo Fundo dar o laudo que eles não
364 estavam colocando naquele terreno. Esse laudo veio no processo. Então, alegam que, na realidade, eles
365 não estavam colocando o resíduo nas valas, que o técnico errou em dizer que estavam colocando, mas
366 também pediram a LO. Então, está dizendo que não colocou lixo nenhum, isso em abril, maior de 2004,
367 em agosto dois técnicos da FEPAM foram até o local e viram que a área tinha sido mexida, mas não
368 encontraram resíduo nenhum. Claro, ele poderia ter tirado o resíduo, mas a área estava mexida. Então,
369 agora fica a dúvida da nossa Câmara Técnica no seguinte: tem o laudo de dois técnicos da Prefeitura, que
370 são idôneos, e tem a própria confissão, aqui diz assim: “Para que regularizemos um sistema que já se
371 encontra em operação”; ou seja, se ele não botou de um tiro no pé. Então, a Câmara Técnica achou por
372 bem manter a multa, apesar de não desacreditar no laudo, mas, também, tem o parecer de dois técnicos da
373 FEPAM que dizem que a área foi mexida, só que não conseguiram ver se tinha ou não resíduo lá. Então, a
374 Câmara Técnica mantém o auto de infração de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) e foi esse o nosso
375 parecer. **Sr. Presidente:** Em discussão o primeiro, Processo Administrativo nº 1027, e este segundo,
376 Processo Administrativo n.º 008752. **Sr. Edmundo Fernandes da Silva:** Apenas uma observação ao
377 meu amigo Germano. Não é BR-417, é BR-471, não existe 417 na nossa estrutura rodoviária do Rio
378 Grande do Sul. Pode isto aqui ir para a justiça como recurso e não pode criar um probleminha. **Sr.**
379 **Presidente:** Identificação de inexatidão material, foi acolhida. Mais algum Conselheiro? Podemos
380 deliberar? Com relação ao Processo Administrativo nº 1027, Oxiteno Nordeste Indústria e Comércio,

381 quem é favorável ao acolhimento do parecer da Câmara Técnica que se manifeste, por gentileza. Vinte
382 dois. Quem é contrário? Quem se abstém? Uma abstenção. **Aprovado.** Em deliberação o Processo nº
383 008752, Salomão Imóveis Construção, Terraplenagem e Serviços Ltda., quem é favorável ao acolhimento
384 do parecer da Câmara Técnica, mantendo a sansão administrativa que se manifeste. Vinte dois. Quem é
385 contrário? Quem se abstém? **Aprovado.** No item da pauta seria apreciar a deliberação da aplicação dos
386 recursos, a aplicação orçamentária. Houve uma Questão de Ordem feita pela Conselheira Lisiane, da
387 Mira-Serra, e examinando o próprio Regimento Interno, ela é de toda pertinente. Então, eu me permito
388 fazer esta colocação: Os atos convocatórios para as sessões, se forem extraordinários em 24 horas, se
389 forem ordinários em 5 dias. Fala que para os atos convocatórios deve haver o encaminhamento da pauta.
390 Logo, mesmo que na Ordem do Dia, e quando fala em Ordem do Dia diz que deve ser submetido à
391 Plenária, neste caso, mandando na antevéspera, fere essa disposição que apresenta a convocação, mais a
392 Ordem do Dia. Neste caso, como é reunião ordinária, é necessário acolher essa Questão de Ordem e
393 submeter ao Plenário, se os senhores concordam que seja apresentado e reconhecido como matéria de
394 urgência e relevância a discussão e apresentação pela Direção Administrativa da Casa do Plano de
395 Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual. Então, eu coloco em deliberação se aceitam incluir na Ordem
396 do Dia a apreciação e discussão dessa matéria. Alguma manifestação? **Sr. Paulo Brack:** Em relação à
397 própria pauta, que eu recebi também de ontem para hoje, o item não se referia ao Fundo Estadual do Meio
398 Ambiente, depois eu abri e vi que era relativo ao Fundo. Eu creio que essa questão de Fundo Estadual do
399 Meio Ambiente, seria importante que nós tivéssemos também uma certa discussão, tanto é que a Câmara
400 Técnica também não está funcionando. Então, nós gostaríamos que fosse, primeiro, retomada a Câmara
401 Técnica, porque nós gostaríamos de participar. Ao mesmo tempo, gostaríamos de ter informações quanto
402 aos valores, uma prestação de contas do que foi utilizado este ano, porque nós sabemos que no ano
403 passado também houve um sério planejamento e há alguns anos nem isso tinha. Então, parece-me que
404 está havendo um certo avanço, mas gostaríamos de ter uma discussão quanto aos valores, o montante
405 desse valor e a possibilidade de que esses recursos também venham a prover a possibilidade de editais.
406 Enfim, que o Fundo seja um estimulador de pesquisas, projetos, que faça parte de um escopo e de uma
407 política ambiental. A tendência, infelizmente, a gente sabe, é resolver problema, é tapar buraco e não
408 pode ser assim, o Fundo tem que ter uma discussão maior para que tenha uma diretriz, acho que essa
409 diretriz não foi construída, eu acho que faz 10 anos que existe o Fundo. Então, nós precisaríamos sim, o
410 papel do CONSEMA deve ser se debruçar para que tenha uma diretriz de utilização desse Fundo. Então,
411 creio que o momento não seria ainda apropriado para nós já resolvermos essa situação de forma
412 precipitada. Eu gostaria que nós tivéssemos uma apresentação em power point, que a gente viesse a
413 discutir diretrizes para a utilização. **Sr. Presidente:** A discussão inicial, dentro da concepção da
414 Conselheira Lisiane, a colocação do Conselheiro Paulo Brack é contrária, mas a concepção da
415 Conselheira é que seja submetido à Plenária para ser reconhecido de urgência e relevância para ser
416 incluída nesta pauta. Em discussão a temática de inclusão em caráter de urgência e relevância nesta pauta,
417 a discussão e apresentação dos valores. Então, seguindo a Questão de Ordem da Conselheira, decidimos
418 ou não pela inclusão na pauta. **Sr. Maurício Colombo:** Eu gostaria de saber qual a implicação em não se
419 apreciar isto neste momento e sim na próxima reunião? **Sr. Presidente:** Há necessidade de se estabelecer
420 tetos e limites de utilização e investimentos pelo FEMA. Eu penso também que houve uma falha nossa
421 enquanto Presidente ou enquanto gestores do meio ambiente em termos tido essa velocidade. Fica em
422 discussão a proposta da Conselheira Lisiane de nós entendermos que se há urgência e relevância
423 incluirmos essa discussão no nosso debate. Mais alguma manifestação? Podemos decidir? Quem é
424 favorável à inclusão em caráter de urgência desta discussão neste momento, nesta sessão do Conselho,
425 que se manifeste. Dezesete votos. Que é contrário? Cinco votos. Quem se abstém? Duas abstenções.
426 Então, está **aprovado**, incluído em pauta. Vou pedir que o nosso Diretor Administrativo da Secretaria faça
427 a apresentação. **5. Apreciação e deliberação desempenho Plano de Aplicação dos recursos e proposta**
428 **orçamentária. Sr. Artur José de Lemos:** Eu sou o Diretor Adjunto de Administração do FEMA, que foi
429 instituído pela Lei nº 10.330, de dezembro de 1994. Esse Fundo estava estagnado, sem operação, até
430 2006. Em 2006 foi submetido a este Conselho um Plano de Aplicação dos recursos para 2006 e toda a
431 aplicação do recurso para 2007. O de 2006, eu ia trazer um relatório de execução orçamentária, mas como
432 o que se conseguiu realizar em forma de aquisição de equipamentos, acabou não surtindo efeito, porque o
433 fornecedor não entregou no tempo os equipamentos. Então, em 2006 ficou prejudicada a execução
434 orçamentária. Em 2007, o relatório que vai vir para o Conselho, prestando contas do que foi feito, mas eu

435 tenho que esperar encerrar o exercício, aí vai vir o relatório de execução orçamentária elaborado pela
436 CAGE, com prestação de contas do Diretor e Secretário Executivo do FEMA. O que se está colocando
437 aqui, a questão de última hora? A gente encaminha no tempo, mas nem sempre se consegue, porque
438 surgem dificuldades no caminho que aí posterga e adia. Nós fizemos uma execução, já atualizando com
439 dados de novembro, nós estamos encerrando com o valor que foi autorizado por este Conselho, de R\$
440 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais) para 2007. Nós estamos conseguindo fazer uma execução
441 orçamentária de R\$ 1.153.000,00 (Um milhão cento e cinquenta e três mil reais), ou seja, 96% da dotação
442 que foi colocada. Outra questão importante de se dizer, esse recurso não teve contingenciamento,
443 conseguiu-se trabalhar dentro daqueles pressupostos de uso do recurso que a lei determina. Então, o que
444 se está trazendo para o Conselho? Submetendo a essa aprovação, não está colocada aqui a realização da
445 receita, porque quem faz a realização da receita é a Junta, ela interage com a FEPAM, o recurso do
446 FEMA é de ordem e de origem da ação fiscalizatória de atuação da FEPAM, mantendo as multas, essa
447 multas que vêm a fazer a receita do FEMA. E essa cobrança esta a encargo da Direção, que não está
448 submetido aqui. Eu faço aqui o grau de aplicação do recurso, aí trago para o Conselho. Isso é o que está
449 dentro da execução orçamentária da Secretaria, dentro dos usos pertinentes. Nós enquanto gestores do
450 Fundo ficamos na questão de administração dos recursos financeiros e a parte da execução orçamentária.
451 Então, vou apresentar para este Conselho essa execução e o encerramento do exercício. Eu vou preparar o
452 relatório e trazer ao conhecimento do Conselho. Tem algum questionamento que eu possa esclarecer? Eu
453 queria de antemão agradecer a este Conselho, aos Conselheiros, porque na pessoa e ação de vocês me
454 proporcionaram em 2006 aprovação disso. Questão orçamentária é uma questão que perpassa uma série
455 de questões. Eu vou fazer uma apresentação para o Conselho de julho, a lei tem um desdobramento, a
456 formatação do orçamento, não sei o que vou conseguir encaixar dentro desse orçamento. Então, eu não
457 tenho dados, não tenho elementos para trazer e submeter ao Conselho, porque se eu pego a aprovação do
458 Conselho de um valor e chego no orçamento, eu não consigo, fico em uma condição prejudicada. Eu
459 tenho que trabalhar o orçamento, trazer a previsão orçamentária e aí, passando para lá, eu posso trazer
460 para o Conselho uma posição exequível, que aquele valor, se o Conselho por bem aprovar a aplicação
461 dele, vou conseguir trabalhar no orçamento, porque já está dentro do orçamento. Então, ele tem um
462 interregno de tempo, que se eu trago uma proposta aqui fico em uma condição prejudicada, porque o
463 valor que o Conselho aprovar ou vai muito além ou muito aquém do que preciso. Então, estou nessa
464 condição. Eu tenho que respeitar, porque é decisão do Conselho, mas a proposta está dentro da realidade
465 do que está sendo colocado, está no orçamento, inclusive, já está incluído no orçamento. Então, quero
466 agradecer, porque foi este Conselho que autorizou que se chegue no primeiro ano de execução na
467 plenitude daquilo que foi proposto. Se nós propusermos um planejamento para o ano que vem e eu
468 conseguir atingir acima de 90% está excelente. E quem conhece orçamento pode fazer esse testemunho,
469 porque é por demais alvissareiro. Obrigado. **Sr. Presidente:** Eu não sei se seria interessante que o Dr.
470 Arthur pudesse esclarecer projetos e atividades, no que diz respeito às unidades de conservação, em modo
471 de investimento, como está sendo feito, para auxiliar. **Sr. Artur José de Lemos:** Há dois projetos na
472 concepção do PPA, tem um projeto da Atividade 0263, que é a integração na prestação dos serviços
473 ambientais, e o objetivo dele é consolidar e implementar a política estadual do meio ambiente com o
474 fortalecimento do órgão central do meio ambiente. Daí ele vem com uma série de questões que podem ser
475 aplicadas o recurso, que faz parte do Plano de Aplicação do recurso e os elementos da despesa onde vão
476 ser aplicados os recursos: serviços gerais e vigilância armada; manutenção em veículos, peças e pneus;
477 serviços de terceiros, pessoa jurídica, serviço de taquígrafo; almoxarifado, material permanente. O total
478 desse projeto: R\$ 1.498.709,00 (Um milhão quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e nove reais),
479 ou ele se mantém, ou se repete com uma pequena modificação e aprimoramento do anterior. Depois foi
480 criado, esse aqui é o 9096, que é a implementação do Programa Ambiental Compartilhado, que é o
481 PEAC, que é promover, coordenar e remontar o Programa de Educação Ambiental compartilhado,
482 também tem o Plano de Aplicação e o valor para aplicar nesse projeto são R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil
483 reais). Essa é a proposta, que aí a Junta fez uma reunião, avaliado pelos membros diretores da Junta de
484 Administração, pelo Secretário e pelo assessor técnico. Essa é a proposta que saiu e está sendo
485 apresentado para o Conselho. **Sr. Presidente:** A palavra está aberta para os Senhores Conselheiros se
486 manifestarem. **Sr. Paulo Brack:** É importante a gente sabe ro montante arrecadado, por outro lado, se
487 existe contingenciamento desse recurso, com a justificativa que esse recurso não esteja todo disponível
488 para a área ambiental. É importante, porque esse valor de um milhão e pouco surgiu de alguma coisa, nós

489 queremos saber se existe um percentual que vai continuar sendo contingenciado. E se, eventualmente, há
490 alguma possibilidade, por exemplo, existe uma comissão que está se organizando para rever a lista de
491 espécies ameaçadas da flora do Rio Grande do Sul, em que membros da Fundação Zoobotânica,
492 inclusive, estão dispostos a encaminhar os projetos para os fundos ambientais. Se já está fechado aqui,
493 que é esse valor e não tem mais nada, em 2008 morreu a possibilidade da Zoobotânica vir a utilizar esse
494 recurso para um evento, que seria o seminário de espécies ameaçadas. Eu acredito que seria importante
495 que tivesse pelo menos uma “gordura” para alguns projetos de outros setores, a própria FEPAM ou outros
496 setores, a possibilidade desse recurso também vir a ser disponibilizado entendimento de editais. Eu coloco
497 essa questão de saber qual o montante arrecadado, qual o critério para que exista o percentual desse valor
498 e se existe contingenciamento desse recurso e se existe a possibilidade em 2008 de algum outro tipo de
499 gasto que não esteja aqui. **Sr. Artur José de Lemos:** Conselheiro, eu disse no início que o valor não foi
500 contingenciado, não existe. O valor que foi orçado não houve contingenciamento, foi executado naquilo
501 que foi aprovado, 96% do aprovado. O valor arrecadado, quando se faz um orçamento, a despeça já está
502 projetada dentro de um grau de receita. Nós temos que trabalhar o ingresso dessa receita para fazer a
503 execução do orçamento, se eu não tiver a receita não posso executar a despesa. Eu só faço um orçamento
504 com uma suplementação para poder gastar. Então, enquanto Diretor eu posso dizer que existem os meios
505 de encaminhamentos de fazer proposta. O que está sendo proposto ao Conselho é a aprovação desse Plano
506 de Aplicação, que se sabe e se conhece. As colocações feitas aqui são pertinentes de encaminhamento, se
507 tem necessidade de um projeto de pesquisa, fomento de algum área ou levantamento de espécies, há de se
508 encaminhar ao canal competente e nesse encaminhamento provocado chega ao Conselho, mas eu tenho
509 que ser provocado, senão, eu não consigo. Tem que vir essa demanda encaminhada, que com certeza vai
510 ser encaminhado para o Conselho. A aprovação apresentada aqui não fecha a questão do orçamento
511 naquilo que possa surgir como demanda, porque podem surgir demandas que não estão previstas, não
512 quer dizer que não vai se fazer. Fecha a questão do orçamento, o orçamento está fechado, mas não fecha a
513 questão. **Sr. Presidente:** E nós estamos resgatando todos os débitos existentes que já foram notificados,
514 os infratores. E o que não vier resposta nós vamos encaminhar para a execução pela inscrição de dívida
515 ativa pela Secretaria da Fazenda e pela Procuradoria do Estado. Além disso, Conselheiro Paulo, a sua
516 preocupação é altamente relevante, porque as juntas de julgamento de infrações ambientais, acho que
517 tinha 60 recursos pendentes, já deve ter decidido cerca de 40 deles. Em nível de primeiro grau também,
518 era algo que estava desativado e em razão de não serem nomeados os membros, o Secretário determinou
519 uma boa estrutura e a nomeação dos membros, que já estão realizando o julgamento das infrações.
520 Seguramente, deve ter mais, são mais de 2 milhões de recursos pendentes de julgamento no primeiro grau
521 e 300, 400 mil no segundo grau. Então, estamos fazendo um esforço nesse sentido para resgatar esse
522 débito para o Fundo Estadual do Meio Ambiente. A palavra com a Conselheira Lisiane. **Sra. Lisiane**
523 **Becker:** Eu não me sinto muito capaz, com esses valores, de ver como serão generalizados. Por exemplo,
524 serviço taquigráfico 9 mil, almoxarifado 30 mil, material permanente 80 mil. É bem mais do que todo o
525 recurso colocado para a questão ambiental. Então, fica uma coisa muito por cima. **Sr. Presidente:** No
526 PEAC existe uma parceria de 12, ou 16 empresas o estilo da Randon, do estilo da Avipal e outras
527 empresas. Então, ele necessita, geralmente, de um aporte, como vários projetos do Programa de Educação
528 Ambiental Compartilhado são custeados pelos parceiros, então, isso reduz o custo operacional para o
529 Programa de Educação Ambiental Compartilhado. As empresas custeiam, praticamente são projetos de
530 custo zero, como na área da educação ambiental. Claro, existem outras despesas, outros projetos que não
531 desenvolvemos ainda e que consumiriam. Eu entendo essa sua preocupação, mas eu só faço esse
532 esclarecimento. Talvez haja uma verba um pouco menor para programa de educação ambiental em razão
533 do aporte dos parceiros, das empresas. **Sra. Lisiane Becker:** Continuo achando muito por cima, serviço
534 taquigráfico, pessoa jurídica, o que é isso tudo pontualmente? Então, tem coisas que não são coerentes.
535 Outra coisa que eu ia perguntar, como fica, se nesse recurso está incluído quando Entidades apresentam
536 um Projeto de Educação Ambiental, se é esse mesmo Fundo que autoriza? **Sr. Artur José de Lemos:** Só
537 para dar uma explicação, está aqui de corpo presente uma taquígrafa. A nomenclatura técnica
538 orçamentária, pessoa jurídica, eu estou contratando uma pessoa jurídica para fazer o serviço. Então, é
539 prestação de serviço. Quando se coloca GPS, quando se coloca equipamentos de material permanente,
540 hoje, principalmente, com o avanço tecnológico e a rapidez com que as coisas acontecem, um
541 equipamento que atende hoje daqui a 2 anos está defasado. Então, tem que fazer a atualização, é um
542 exemplo. Isso não é de 2 anos, são vários anos e nós precisamos, porque tem que atender uma demanda,

543 eu posso ter um retroprojektor e resolver, mas daqui a pouco tenho que ter dois, três porque tenho que me
544 deslocar em termos de trabalho. Assim como estamos fazendo esta reunião aqui, estão acontecendo outras
545 reuniões onde carecem de equipamento. É a condição de infra-estrutura de ação. Por exemplo, o conserto
546 de um carro é serviço de pessoa jurídica, precisa comprar peça. Então, é uma nomenclatura técnica de
547 encaminhamento. Os projetos eu respondi anteriormente, tem a um encaminhamento via
548 Gabinete/Secretaria, tem que ter a estrutura da Secretaria para fazer esse encaminhamento, aí tem o seu
549 fluxo de andamento e vai chegar. O recurso do PEAC que está colocado é uma “esmola”, porque a
550 magnitude dele em valores financeiro é mais de 1 milhão de reais, a gente coloca porque também temos
551 que participar, temos que estar com alguma coisa ali. **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** Eu lembro da
552 reunião de dezembro do ano passado, quando foi aprovado esse orçamento para o Fundo poder ser
553 implementado a partir de um orçamento existente. O Conselho entendeu a necessidade, essa urgência e se
554 aprovou o orçamento. Este ano também se repete na última reunião a aprovação do orçamento. Então, eu
555 gostaria, sem entrar na discussão deste orçamento de agora, que essa proposta de orçamento entre pelo
556 menos duas reuniões antes para que a gente possa discutir ponto a ponto de onde saíram esses valores,
557 para todos os itens que estão ali são de extrema necessidade, a gente sabe disso. Então, essa é a minha
558 colocação. Na verdade, quanto ao orçamento do ano passado teve 96% dele aplicado, mas a entrada de
559 receita este ano, vai vir provavelmente na prestação de contas quando fechar, para ver qual a relação entre
560 o que foi previsto e o que entrou de receita. É aquilo que o Professor Brack colocou, de se ter também
561 essa informação, quer dizer, esses valores que estão previstos para 2008 são um orçamento fechado, mas
562 pode entrar uma receita maior e outros projetos podem ser encaminhados, o Conselho aprova e
563 encaminha. Esse trâmite os Conselheiros devem saber, se encaminha para o CONSEMA e o CONSEMA
564 encaminha para o Fundo, ou encaminha para o Fundo e o Fundo submete ao CONSEMA? Eu gostaria de
565 ter esse esclarecimento. **Sr. Presidente:** Dá para entender que na deliberação poderia até se imaginar uma
566 portaria que aprove o Plano de Aplicação, estabelecer um artigo que disciplinasse, que deverá ser o
567 orçamento de 2009 encaminhado à Câmara Técnica no mínimo com 60 dias de antecedência. Está bom
568 assim? Ok. **Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez:** Digamos assim, impressionou-me a disparidade de
569 valores da educação ambiental, mas já foi devidamente explicado. Eu utilizo a palavra para solicitar
570 também que nesse relatório do ano que vem, que vai vir com mais calma, se seria possível vir indicadores
571 que mostrassem a eficácia da ação. Se o recurso foi gasto, se na ação no qual foi gasto se tornou eficaz.
572 Também gostaria de entender como se dá essa estratégia do uso do Fundo, é essa Junta que delibera a
573 estratégia? Como se dá isso? **Sr. Artur José de Lemos:** Quando se faz o orçamento tem uma
574 necessidade, um direcionamento, na lei diz que a aplicação dos recursos será em unidades de
575 conservação, controle e fiscalização ambiental, pesquisa e desenvolvimento visando o uso sustentável do
576 meio ambiente, desenvolvimento institucional e outros estabelecidos pelo CONSEMA e pela Secretaria
577 Estadual do Meio Ambiente. A partir daí a gente trabalha diante de uma distribuição dos recursos
578 conforme a necessidade. Então, nem toda a despesa que eu tenho na Secretaria eu posso lançar aqui,
579 porque não é pertinente, eu posso lançar uma despesa de veículo se a unidade de conservação tiver essa
580 comprovação de uso lá. Então, nós estamos dentro de uma perspectiva de valores. A parte de prestação de
581 serviço, por exemplo, manutenção de veículos, já se sabe o valor. **Sr. Presidente:** Em outras palavras, no
582 popular é o seguinte: tem planejamento e tem demanda, tem despesas fixas, manutenção, custeio das
583 unidades de conservação, aqui já se fez um planejamento da otimização do uso da taquigrafia para
584 diminuir o risco de erro nas atas, para otimizar a questão de documentos. Então, é assim, mas também se
585 trabalha no impulso e na surpresa. **Sr. Fábio Bueno:** Boa-tarde Presidente, Colegas. Eu apenas quero
586 captar um pouco o que foi dito pelos Colegas. Eu acredito que é muito importante, mas, por exemplo,
587 serviços gerais, segurança armada, não fica claro, pelo menos para mim, como os serviços gerais. É
588 substancial, capta 70% do valor daquela rubrica. A questão que foi colocada pela professora, enfim, por
589 todos, quando se faz um Fundo eu acredito que tenha que ter um acompanhamento desse Fundo, dessa lei
590 que instituiu o Fundo, não sei se é isso que está sendo colocado. Eu acredito que tenha que ter um
591 regulamento para saber como vai ser aplicado esse recurso, de que forma vai ser discutido. Eu acredito
592 que essa proposta de 60 dias antes na Câmara Técnica, ver também porque essa Câmara Técnica não está
593 funcionando, como poderia se viabilizar isso aí. Sobretudo, para que não chegue aqui no ano que vem
594 com essa mesma preocupação. Então, não sei se deveria ser feito algum adendo em algum Regimento
595 Interno, para que se operacionalize de forma clara como todos os outros assuntos discutidos nas Câmaras
596 Técnicas, que seja dado um devido encaminhamento. Eu gostaria, não sei se é possível, que esse

597 esclarecesse aquela rubrica de serviços gerais, o que compreenderia. **Sr. Artur José de Lemos:** Nós temos
598 dois contratos, um de vigilância, que são R\$ 110.000,00 (Centro e dez mil reais) por mês; outro de
599 serviços gerais e manutenção das unidades de conservação, que está em torno de R\$ 80.000,00 (Oitenta
600 mil reais). São R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais) por mês. Então, está localizado nesses dois
601 contratos, está destinado para a vigilância do Parque de Itapuã. É serviço terceirizado, serviços gerais e
602 segurança, dois contratos de prestação de serviço. **Sr. Presidente:** Nós fizemos um contato com o
603 Comando Ambiental, antes do Cel. Ladimir assumir, vendo a disponibilidade dos policiais ambientais, do
604 corpo militar dos voluntários inativos para poder aproveitá-los e derrubar essa despesa. Só que não havia
605 a disponibilidade de 23 ou 26, que eram necessários, até porque necessitaria também encaminhar um
606 pedido a Senhora Governadora para ela aumentar esse número para que se pudesse, então, aproveitar.
607 Não se desistiu da idéia. Realmente, é assustador tu jogares em vigilância e segurança um valor dessa
608 natureza, o que nós vamos ter que passar pela qualificação dos brigadianos aposentados que tenham se
609 aposentado no ambiental. Isso é uma meta que nós traçamos, retomamos a discussão com o Cel. Ladimir
610 para fazer um balanço dos que foram para a reserva, do seu interesse e condições para assumir o
611 policiamento das unidades de conservação. A palavra com a Conselheira Lúcia. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:**
612 Eu gostaria de reiterar como a matéria fica prejudicada por falta de informações, como está acontecendo
613 aqui. Há a oportunidade de esclarecer, mas com pouco tempo de serem analisadas algumas considerações.
614 Para mim ainda não ficou claro quanto por cento dessa demanda representa ao Fundo Estadual, apesar de
615 que ele ainda pode ter receitas que venham a ser acionadas, mas uma visão geral da porcentagem do que
616 essas demandas representam. A segunda questão é justamente a respeito da segurança, o quanto uma
617 demanda que poderia estar sendo colocada pela Secretaria de Segurança acaba onerando essa questão da
618 vigilância. Outra questão que nós vimos, até mesmo na última reunião do CONSEMA, foi o orçamento
619 geral da Secretaria. Nós sentimos uma falta muito grande, vendo todo o Programa de Monitoramento da
620 Qualidade, questões de equipamentos destinados ao monitoramento da qualidade do ar. É um tema que eu
621 espero que não seja prejudicado na pauta de hoje para nós vermos como está essa situação. Nós não
622 vimos isso no orçamento geral a Secretaria e também não veio hoje como demanda do Fundo. Outra coisa
623 é esse serviço de apoio ao CONSEMA, lembrando que desde que o CONSEMA foi criado, acredito que
624 durante muito tempo se teve esse apoio à vinda, ao transporte das pessoas que fazem parte do
625 CONSEMA, que vinham do interior. Inclusive, na gestão passada nós tivemos a desistência de uma das
626 organizações justamente pela falta de apoio, que foi cortado sem muito esclarecimento. Isso seria uma das
627 demandas, até para que outras ONGs deste Estado venham a fazer parte do CONSEMA, porque hoje em
628 dia estamos assim, só de Porto Alegre, com exceção da Lisiane. Então, assim nós prejudicamos a adesão
629 de novas ONGs ambientais que também precisam desse tipo de apoio, que sempre foi oferecido pelo
630 CONSEMA e não tem mais. **Sr. Leonel Freitas Menezes:** Eu aproveito para me apresentar a este
631 Conselho, é a segunda reunião que eu participo. Eu sou engenheiro florestal, trabalho na questão florestal
632 há 25 anos e queremos contribuir com este Conselho e junto às Câmaras Técnicas em que nós
633 participamos e queremos trazer contribuições. E eu começo pela colocação do Sr. Paulo, eu vejo que
634 realmente, é muito pobre essa execução do Fundo relativo a projetos, acaba se consumindo praticamente
635 toda a receita em serviço de vigilância ou e serviço de terceiros, quando no meu entendimento isso deveria
636 ser recurso orçamentário para projeto e pesquisas. E quanto a esses recursos de multas eu não vi nada ali,
637 esse recurso deveria ser usado também para fazer uma campanha de esclarecimento, porque o pessoal está
638 sendo multado muitas vezes sem saber o porquê. Então, eu vejo na parte de projetos uma carência muito
639 grande nessa utilização do Fundo. Então, poderia ser muito melhor aproveitado para as questões de
640 interesse ambiental mais significante. **Sra. Maria Elisa Rosa:** Só um esclarecimento. O senhor disse que
641 não sabe porque está sendo multado, isso não existe, não existe alguém ser multado sem saber porque,
642 sempre é dado ciência. Sempre é dada a oportunidade também aquele que é multado, pela parte da
643 FEPAM não existe isso. **Sr. Presidente:** É no sentido de desconhecimento das pessoas, que às vezes não
644 sabem os caminhos de resoluções legais e acabam cometendo transgressões, não no sentido de falta de
645 oportunidade. Nós podemos encaminhar essa questão? Então, se os senhores concordarem nós podemos
646 fazer essa proposta de resolução que aprova, mas com um acréscimo no Parágrafo II, seria estabelecer
647 que o orçamento para 2009 de investimento, Plano de Aplicação de Recursos do Fundo passe,
648 obrigatoriamente, por uma apresentação no mínimo 60 dias antes da última sessão ordinária. **Sr. Paulo**
649 **Brack:** Eu acho que teria que colocar outras questões, como a regularização da Câmara Técnica. **Sr.**
650 **Presidente:** Sim, mas aí depende do interesse. Se a Câmara Técnica está desativada é porque está sem

651 presença, sem nada. Quem sabe os Conselheiros propõem a habilitação para a Câmara Técnica e, então, é
652 reativada, não depende da Presidência. **Sr. Adilson Carlos Metz:** Mais uma questão, nesse sentido nós
653 poderíamos ampliar uma discussão, porque muitas vezes nos preocupamos em fazer um parque e gastar
654 muito dinheiro em cuidar desse parque. Então, por que não fazer um estudo com esse Fundo e de repente
655 contemplar aquele produtor rural que preserva mais do que os 20% que está em lei? E que esse produtor
656 fosse compensado, ele mesmo cuidaria da sua propriedade. Talvez ao invés de investir em segurança de
657 grandes parques, estimular aquele agricultor a preservar mais do que os 20%. Poderia ser mais econômico
658 e criar um efeito mais positivo na preservação do meio ambiente. Então, que se pense nessa possibilidade
659 no uso do Fundo. **Sr. Presidente:** Podemos encaminhar essa proposta de resolução, que o Conselho
660 aprova e fica como anexo integrante, estabelecendo o seu art. 2º a necessidade de apresentação prévia?
661 Talvez ampliando para 90 dias antes da última sessão a apresentação de Plano de Aplicação de Recursos
662 para o ano de 2009 e obrigatório encaminhamento para conhecimento da Câmara Técnica correspondente.
663 Podemos encaminhar dessa maneira? Então, entra em regime de votação a aprovação de uma resolução
664 que aprova esse Plano de Aplicação, com a condicionante no art. 2º, que é a apresentação do Plano de
665 Aplicação de 2009 com 90 dias de antecedência da última sessão ordinária do CONSEMA. **Sr. Marcelo**
666 **Maisonete Duarte:** Eu acho que tem que contemplar também a prestação de contas, estabelecer um prazo
667 para ser feito também. **Sr. Presidente:** É como foi colocado pelo Arthur, depende do fechamento do
668 exercício e aprovação da CAGE. Então, talvez estabelecer que fica obrigatório o encaminhamento. Pode
669 ser? **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** Pode. **Sr. Fábio Bueno (Questão de Ordem):** Na minha opinião e
670 na opinião dos Colegas das ONGs, nós entendemos que o senhor deveria desmembrar em duas propostas,
671 a primeira é a aprovação do orçamento atual de 2008, e a segunda é a questão dos adendos. **Sr.**
672 **Presidente:** Eu só faço a seguinte consideração. A resolução do ano passado foi bem objetiva e hoje eu
673 tentei pensar em uma estratégia, colocada pelo Marcelo, já estabelecer neste ano que no ano que vem já
674 venha previamente. É uma colocação só para otimizar, vamos dizer, estamos aproveitando esta reunião
675 para decidir duas coisas. Se nós vamos aprovar o plano queremos que venham as cobranças e os relatórios
676 da CAGE. **Sr. Fábio Bueno:** Mas aí eu não tenho como votar, prefiro me abster da primeira e votar à
677 favor da segunda. **Sr. Presidente:** Então, temos duas condições: a primeira é esse encaminhamento de
678 aprovação do plano, com a ressalva feita pelo Marcelo, de 90 dias, o art. 2º; a outra proposição que nós
679 temos é o desmembramento. O desmembramento me parece ser prejudicial à primeira proposta, mas
680 vamos colocar em votação a proposta do Conselheiro Fábio, da AGAPAN. Então, quem for favorável à
681 sugestão dele, que se exclui qualquer prazo e qualquer condicionante, remete-se a um outro momento a
682 elaboração de uma resolução que vote a favor. Ou quem entende que a proposta de votação, mais a
683 ressalva feita pelo Marcelo, tornando obrigatória a apresentação 90 dias antes da última sessão que se
684 manifeste contrário. Então, em votação, quem é a favor da proposição do Fábio que se manifeste. Sete
685 votos. Quem é contrário? Dez votos. Quem se abstém? Quatro abstenções. **Rejeitada.** Entra em votação,
686 então, a proposta que aprova o plano, com o acréscimo no Parágrafo II, estabelecendo a apresentação do
687 plano para o exercício de 2009 90 dias antes da última sessão ordinária do CONSEMA. Quem for
688 favorável que se manifeste, por favor. Quatorze votos. Contrários? Um voto. Abstenções? Seis.
689 **Aprovada.** Passamos para a Aprovação do Calendário. **6. Aprovação do Calendário das reuniões do**
690 **ano de 2008.** Os senhores devem ter recebido duas sugestões, uma que suprime o mês de janeiro, o
691 Conselho de Recursos Hídricos suprimiu janeiro e fevereiro. Então, nós temos uma proposta de 18 de
692 janeiro e a segunda proposta a partir de 21 de fevereiro. Eu consulto os senhores se há algum consenso, se
693 há alguma observação? **Sr. Paulo Brack:** Quinta-feira, às vezes eu tenho CTBIO, aí fica complicado, eu
694 gostaria que tivesse mais sextas-feiras aí. Eu pediria que começássemos na sexta-feira. **Sr. Presidente:**
695 Seria 21 de fevereiro e 21 de março, mas 21 de março é feriado. Então, por que não 28 de março? Vamos
696 ser delicados e atender o pedido do Conselheiro, prestigiando a presença do Conselheiro. É uma terceira
697 proposta. Aí se aprovaria o calendário suprimindo o mês de janeiro e que a segunda reunião ordinária
698 seria dia 28 de março. Alguém tem alguma posição contrária? Quem aprova? Dezesseis. Quem é
699 contrário ao calendário contribuindo com a presença do nosso Conselheiro Paulo Brack? Ninguém. Quem
700 se abstém? Uma abstenção. **Aprovado.** Vamos para o próximo item de pauta. **7. Apresentação do**
701 **Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar. Sra. Iara Brito Martins:** Boa-tarde. Eu trabalho
702 na FEPAM, na Rede de Monitoramento do Ar. Ali nós temos a rede automática, temos uma equipe de
703 seis técnicos, o nosso endereço e telefone estão no site. Vou passar rapidamente algumas questões
704 básicas. Nós temos o poluente primário, que é aquele poluente que sai diretamente do escapamento de

705 veículos e das chaminés das indústrias. Poluente secundário é aquele que se combina com irradiação solar e se
706 transforma no poluente secundário. A legislação estabelece o padrão primário e o secundário. Padrão
707 primário é aquele que diz que as concentrações dos poluentes quando ultrapassados afetam diretamente;
708 já o padrão secundário é aquele que prevê concentrações de poluentes abaixo dos quais se prevê o mínimo
709 efeito adverso sobre a população, como dano à fauna, à flora, aos materiais ao meio ambiente em geral.
710 Nós temos o Código Estadual do Meio Ambiente que estabeleceu a aplicação em áreas classes 1, 2 e 3,
711 diz o seguinte: área de classe 1 são aquelas classificadas para todas as áreas de preservação, lazer e
712 turismo, unidade de conservação, onde deverá ser mantida a qualidade do ar no nível mais próximo do
713 classificado sem intervenção, ou seja, o nível natural. A classe 2: todas as áreas não classificadas como 1
714 e 3. Áreas classe 3 aquelas que abrigam distritos industriais. O Código Estadual do Meio Ambiente tem
715 um diferencial em relação ao nosso Estado. É o seguinte: *Deverá ser adotado para as fontes de poluição*
716 *o padrão secundário de qualidade do ar. O nível geográfico do distrito industrial deverá ser atendido*
717 *pelo padrão primário.* Fora do nível industrial da área onde está localizado esse distrito deverá ser
718 atendido pelo padrão de qualidade. Entre o padrão primário e secundário vocês vão ver agora que existe
719 uma diferença de um ser mais restritivo do que outro para alguns parâmetros. Também a Resolução
720 CONAMA nº 003/90 estabelece que o monitoramento da qualidade do ar é atribuição dos Estados. Então,
721 ficam estabelecidos os níveis de qualidade do ar para o plano de emergência para episódios críticos de
722 poluição do ar, visando providências do Governo, do Estado e município, como Entidades privadas e da
723 comunidade em geral com o objetivo de prevenir os graves riscos à saúde da população. O que é o
724 episódio crítico de poluição do ar? É quando se tem altas concentrações de poluentes, altas concentrações
725 na atmosfera em um curto período de tempo, sendo isso potencializado pelas condições meteorológicas.
726 Também tem que ser observada a concentração desse poluente, que ficam estabelecidos os níveis de
727 atenção, alerta e emergência. Os poluentes mais tradicionalmente conhecidos, não todos, mas seria
728 material particulado ou partículas inaláveis, óxido de enxofre, que seria o SO₂, dióxido de nitrogênio, o
729 NO₂, e o monóxido de carbono. Então, os padrões estabelecidos na Legislação CONAMA nº 003/90,
730 vocês viram que existe o padrão primário e secundário. Para partículas inaláveis, por exemplo, é uma
731 média de medição de 24 horas, onde o padrão primário é igual ao secundário, 150mg/m³. A diferença que
732 existe é para dióxido de enxofre, onde o padrão primário é de 365mg/m³ e o padrão secundário é
733 100mg/m³. Então, tem aquela diferença que eu falei anteriormente, um mais restritivo do que o outro. A
734 nossa legislação do Código Estadual prevê onde nós temos fontes industriais instaladas, fora do distrito
735 industrial, no caso, eles teriam que atender para a qualidade o padrão secundário. Então, vocês podem ver
736 que existem parâmetros que se faz medição de 24 horas, existem outros parâmetros que se faz a medição
737 de 8 horas, respeito a média horária mais elevada, o ozônio e o dióxido de nitrogênio é a média horária.
738 Para esse dióxido de nitrogênio existe a diferenciação de padrões, o primário e o secundário, sempre o
739 secundário mais restritivo que o primário. Os níveis de atenção, alerta e emergência, que seria o caso do
740 Estado intervir na execução de um plano de emergência, nós teríamos que ter esses níveis de
741 concentração para esses poluentes. Por exemplo, partículas inaláveis, 250mg/m³, se em algumas das
742 estações de monitoramento for identificado isso, essa concentração, nós teríamos que atuar através de um
743 plano de emergência. Então, nós temos uma rede automática de monitoramento, temos setes estações
744 fixas e uma estação móvel. As estações fixas são colhidas de estações meteorológicas, com medições de
745 padrões, como direção, temperatura, velocidade do vento, pressão, umidade, irradiação solar e
746 ultravioleta. Tem uma sonda acústica instalada no Pólo Petroquímico, onde são medidos os parâmetros
747 meteorológicos. Essa rede entrou em operação em dezembro de 2001. Então, as estações estão localizadas
748 em três estações e Porto Alegre sendo na Estação Rodoviária, em frente à Estação Rodoviária; na Silva
749 Só, Estação Bombeiros; o Jardim Botânico, na EZEF; em Canoas; em Sapucaia do Sul, no SESI; a
750 Estação Pólo, em Montenegro; em Caxias do Sul. Nós temos a nossa unidade móvel, mas nessas cidades
751 é onde é necessário. Aqui são as estações, tem essas gavetas que são os módulos de medição de poluentes,
752 podem ver que cada uma tem a letra, o CO, o monóxido. Aliada à nossa rede de monitoramento nós
753 temos também redes de monitoramento do ar da iniciativa privada. Então, nós temos duas estações da
754 Alberto Pasqualini, que estão integradas e fazem parte da rede da FEPAM. Uma está instalada em Canoas
755 e outra em Esteio. Previstas nós temos a GM em Gravataí, na estação, a ELEJA, em Charqueadas, três
756 estações, em Cachoeira do Sul uma estação. Nós estamos no aguardo de firmar um convênio entre
757 FEPAM, IBAMA e o Centro de Indústrias para provável localização de mais talvez três estações. Aqui
758 em Canoas é o mesmo problema que existe na Estação Rodoviária, de roubo de fios, etc., então, há um

759 gradeamento para evitar o vandalismo. Essas dez estações que compõem a rede AGROSUL, a FEPAM
760 deu agora o boletim diário da qualidade do ar, que é um boletim que sai todos os dias, às 16 horas, no
761 horário de verão é às 17 horas. Isso é divulgado no site da FEPAM. Essa rede monitora 24 horas
762 automaticamente. Nós temos uma central de dados aqui na FEPAM, no 7º andar, onde fazemos a
763 chamada de dados, de 15 em 15 minutos é possível acessar esses dados. Ao final do dia nós fazemos o
764 tratamento dos dados observados nas estações, elaboramos esse boletim diário da qualidade do ar. A
765 gente vê se há algum problema em determinado local, em determinada região e se faz a validação no final
766 do dia. A concentração, a qualidade, sempre vai eleger aquele poluente mais crítico onde foi eleita a
767 maior concentração daqueles poluentes medidos no local e naquela estação. O que é o índice da
768 qualidade? Ela leva em conta a concentração medida pelos equipamentos, são aquelas médias que eu falei
769 da legislação, levando em consideração os padrões de qualidade primários estabelecidos na legislação do
770 CONAMA. É gerado um número, como se adota para o trânsito, o verde, o amarelo, o vermelho. Então,
771 aqui foi eleita uma escala classificatória, onde dependendo da concentração, se é ultrapassado ou não o
772 padrão primário, classifica-se a qualidade como regular, inadequada, péssima ou crítica. Por exemplo,
773 teve um dia que deu, lá no início da estação, na Estação Rodoviária, a qualidade foi classificada como
774 inadequada e aqui tem um padrão estabelecido no CONAMA, que é de 150mg/m³, ultrapassou e deu
775 como inadequada. Nós temos disponível todos os boletins de todas as estações. Aqui tem a hora do
776 fechamento e o responsável pelo laboratório. Depois de tudo que foi falado nós vamos fazer uma análise
777 de eventos, chamados regulares e inadequados. Todas essas dimensões que foram feitas ao longo desse
778 tempo, o que é uma qualidade classificada como regular? Não ultrapassou o padrão de qualidade. Uma
779 qualidade classificada como inadequada é porque foi ultrapassado o padrão de qualidade. Então, nós
780 tivemos um total de eventos irregulares, de 2002 até 17 de dezembro de 2007, nós tivemos 2.730 eventos
781 irregulares. Aqui mostra um crescimento, com destaque para o ano de 2006 e 2007. Por que esse
782 crescimento? Porque nós tivemos a partir de dezembro de 2005 a incorporação das duas estações da
783 REFAP, foi esse o incremento de eventos. Aqui nós temos o total de eventos regulares, estão todas as
784 estações da rede, vocês podem ver que houve um incremento em 2006, vamos destacar Canoas com o
785 Parque Universitário, houve um aumento de eventos, em Esteio também. Uma coisa que deve ser
786 considerada, esse número de eventos poderia ser bem mais expressivo, porque as estações FEPAM estão
787 com 25% dos equipamentos operando. Isto aqui não reflete a realidade do número de eventos que
788 deveriam estar sendo registrados. Hoje, por exemplo, nós temos uma qualidade boa na Rodoviária por
789 quê? Porque só temos dois equipamentos funcionando ali e não refletem a qualidade do ar. Nós sempre
790 quando vamos apresentar deixamos bem claro que nós temos uma rede com problema de manutenção. Os
791 inadequados são aqueles onde houve a ultrapassagem do padrão da qualidade primária. Nós tivemos um
792 crescente de 2002 até 2007, porque de novo, entraram essas duas estações da REFAP, e os nossos
793 registros aqui, ênfase de novo, não temos todos os medidores operando. Fazendo um resumo de tudo
794 isso, nós temos problemas em Porto Alegre, o nosso ponto mais crítico é na Estação Rodoviária, onde é o
795 nosso foco de atenção. Outra região que podemos considerar problemática é a região metropolitana,
796 Canoas e Esteio pela presença da própria Refinaria Alberto Pasqualini, que trouxe um incremento de
797 irregularidades para a região. O que nós fizemos agora? A gente trouxe para cá a informação de eventos
798 irregulares de 2006 a 2007, houve um crescimento em 2006, onde alguns equipamentos da própria
799 REFAP tiveram problemas de manutenção. Nós temos para a Estação Canoas um número de irregulares
800 de ozônio, aumentou em 2005, 2006. Outro que chama atenção é dióxido de nitrogênio, houve 87
801 eventos. Os inadequados nós tivemos um número de 8 eventos em 2006, 3 eventos em 2007, partículas
802 inaláveis, dióxido de nitrogênio. Nós temos a Estação Esteio, Vila Ezequiel. Isto é uma coisa que chama
803 muito a atenção, 2005, 2006 e 2007, vocês viram que o número de eventos foi considerável. O poluente
804 que mais se destaca aqui é o dióxido de enxofre, é característico da refinaria. Nós temos de 110 para 169
805 eventos, isso realmente é preocupante. Aqui é o número de inadequados para a mesma estação, dióxido de
806 nitrogênio e ozônio. O destaque é que para dióxido de enxofre a média é de 24 horas, para os outros
807 poluentes ou é a média horária, ou é a média de 8 horas. Nós tivemos, desde que entrou em operação a
808 rede, nós tivemos um total de 71% dos equipamentos operando, chegou em setembro de 2002 a 77%,
809 depois houve uma curva decrescente, até fechar a 25% dos equipamentos em operação. Em 2006 nós
810 conseguimos um aporte de recursos, onde nós conseguimos deixar em quase metade dos equipamentos
811 operando, 47%. Depois, como não houve recursos de novo houve essa queda. Essas estações exigem uma
812 manutenção, exigem sempre o aporte de recursos e as manutenções têm que ser sistemáticas. Nesse

813 tempo, até foi o Dr. Francisco que encaminhou, nós tivemos um aporte de recursos através de um TCA de
814 R\$ 374.000,00 (Trezentos e setenta e quatro mil reais), onde fizemos um plano de aplicação e
815 recuperação de parte dos equipamentos de parte das estações, onde conseguimos comprar um
816 equipamento de partículas inaláveis novo e um de dióxido de nitrogênio, a nossa prioridade são duas
817 estações, sendo que esses novos nós vamos instalar na Estação Rodoviária. Pretendemos fazer também
818 uma atualização no sistema de gerenciamento de dados e da estação meteorológica, porque até hoje os
819 nossos dados não estão validados. Isto aqui, para não acontecer a mesma coisa, a gente consegue
820 recuperar e lá na metade do ano de novo, lá embaixo. Então, nós precisamos garantir investimentos
821 contínuos para a recuperação total e continuidade de operação dessa rede. Obrigada pela tenção. **Sr.**
822 **Presidente:** Obrigado, Iara. Por favor, Conselheiro Germano. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da**
823 **Silva:** Primeiramente, gostaria de cumprimentar pela apresentação a equipe da FEPAM, muito bem
824 apresentado. Nós chegamos à conclusão de que estamos com problema. Essa apresentação foi solicitada
825 pela Sociedade de Engenharia, porque nós vemos na qualidade do ar um problema seriíssimo que já
826 estamos enfrentando na Cidade de Porto Alegre. O (...) americano fez um trabalho, onde ele pegou os
827 casos excedentes de câncer de um ano para o outro e fez uma análise de risco para ver quais seriam as
828 fontes de potencial de câncer, 54,4% seriam causados pelos veículos automotivos, por problema de
829 combustão. Então, eu acho que nós deveríamos começar a atuar seriamente. Eu tive tanto pela imprensa
830 que o entendimento parece que adiou mais uma vez a inspeção veicular. Nós temos ainda uma política
831 equivocada, porque os veículos mais antigos não pagam IPVA e são os maiores poluidores. A quantidade
832 de monóxido de carbono que esses veículos emitem é alarmante. Eu vou querer apresentar isso depois na
833 Sociedade de Engenharia, na Assembléia, para que a gente comece a mostrar esse problema, que está
834 sendo relegado a um segundo plano e é muito importante. Já sabendo dessas dificuldades, eu conversei
835 com a Câmara Brasil/Alemanha e o Governo alemão faz doações desses equipamentos de monitoramento.
836 Então, eu já me coloco à disposição da equipe da FEPAM, da Secretaria de Meio Ambiente também, para
837 que eu mantenha esse contato. Eu mesmo vi na Alemanha equipamentos colocados em um canto,
838 equipamentos de primeira linha, da Siemens, estavam sendo colocados fora. Para encerrar gostaria de
839 fazer um comentário e uma pergunta. O comentário é o seguinte: mostrou-se ali que também nós temos as
840 nossas refinarias, uma quantidade enorme de NOX, NO2 e SO2, que são os componentes “beleza”,
841 excelentes para uma chuva ácida. Então, eu queria saber do pessoal da FEPAM, tirando esses dados, que
842 nós sabemos que são dados ainda com dificuldades, são dados que não refletem a realidade, acho que está
843 até piorando, o que se está fazendo em nível de política estadual, principalmente quanto à parte de
844 veículos automotivos. **Sr. Presidente:** Eu faço questão de prestar um esclarecimento a todos o Conselho.
845 Em razão das preocupações que foram derramadas pelo Conselheiro Germano, em razão de todas essas
846 informações, uma das metas, e já fica o convite a todos, nós estávamos planejando uma estrutura de
847 planejamento para 2009, áreas de preservação permanente, qualidade do ar, sistema viário e tem mais um
848 que eu não me lembro. É o planejamento de uma ação para a Grande Porto Alegre, para a região
849 metropolitana. Então, eu faço questão de dizer isso em primeira-mão, estamos detalhando isso, pelo
850 menos um pequeno cronograma. O Secretário entendeu que seria com a FAMURS, com a Sociedade de
851 Engenharia, SEMA e todas as instituições que quiserem sentar conosco para detalharmos um projeto de
852 mobilização, sensibilização e depois ações para 2009. Lembrei, era de organização urbanística da
853 metropolitana, a de qualidade do ar, áreas de preservação do ambiente e recursos hídricos. E em cima da
854 preocupação da Iara, nós já estamos negociando um outro TCA para recuperar mais uma estação ainda. A
855 nossa meta é chegar a em torno de 8 estações monitorando todos os seis ou sete. **Sr. Ubirajara Soares:**
856 Eu sou da equipe de amostragem geral, água e ar. A nossa rede manual de ar teve início na década de 70
857 ainda, eu não estava na FEPAM, evidentemente, mas era um convênio que estava começando o
858 monitoramento em Porto Alegre. Na década de 80 começamos com o Departamento de Meio Ambiente,
859 as estações em Porto Alegre eram três, também em Guaíba, Montenegro, Pólo Petroquímico, Caxias do
860 Sul e Rio Grande. O início da década de 90 nós tivemos problemas sérios e foi desativado totalmente o
861 nosso monitoramento. Em 92, junto com a Alemanha, era um reinício total, novas metodologias, mas
862 ainda mantendo o sistema tradicional, dióxido de enxofre, matéria particulado. Nós chegamos a fazer
863 também dióxido de nitrogênio. Com o Programa Pró-Guaíba nós renovamos alguns equipamentos,
864 comprando medidores de partículas inaláveis e o chamado Trigás, que é o sistema de medição de dióxido
865 de enxofre, só com um sistema mais moderno. A localização da nossa rede, a de Caxias está suspensa no
866 momento para ser realocada no eixo Sinos, Estância Velha, Montenegro, Triunfo, Charqueadas, duas

867 em Porto Alegre, três em Rio Grande. O que nós medimos nas nossas estações são partículas inaláveis,
868 partículas totais e dióxido de enxofre. A cada seis dias há a representatividade diária do tempo de
869 amostragem mensal também e anual as médias. Aqui eu apresento alguns gráficos da parte de 2002 até
870 2007. Na Estação CEEE, em Rio Grande, temos uma constante com alguns picos. A média horária
871 máxima são 150 e tem alguns picos, mas ainda estamos em uma boa média, mas um pouco elevado. A
872 média anual seria 60, está em torno, bastante próximo da nossa média anual prevista aceitável. No final já
873 está apresentando bastante elevação, o sistema que eles estão utilizando é bem próximo à refinaria. Em
874 Rio Grande eles tiveram picos, mas é uma situação bem controlada de SO₂. Esses picos pequenos são
875 pontuais. Aqui é Charqueadas, aqui sim nos chamou bastante atenção, está muito elevado, a estação é
876 bem próxima à Termochara. Essa é uma situação muito preocupante pelo salto. Estância Velha, Triunfo.
877 Obrigado. **Sr. Presidente:** Em seguimento, aberta a palavra para discussão. **Sra. Maria Teresa Raya**
878 **Rodriguez:** Eu gostaria, antes de mais nada, de me congratular com a FEPAM no trabalho que vem
879 fazendo a um longo tempo. E uma das questões que eu gostaria de colocar é que eu fiquei bastante
880 preocupada com esses 25% dos equipamentos das estações que estão operando. Quando eu colocava antes
881 da apresentação da FEPAM, se o Fundo do Meio Ambiente teria estratégias de utilização de seus
882 recursos, era justamente para essas considerações. Se o CONSEMA ou a Câmara Técnica, quando vier a
883 ser revitalizada, se ela não poderia também demandar outras aplicações do Fundo, como, por exemplo, a
884 continuidade do monitoramento da qualidade do ar. Também gostaria de comentar que essas medições
885 são importantes para que se possa entender que qualidade ambiental nós estamos. Foi colocado aqui
886 muito claro que a situação da REFAP Canoas hoje estabelece alguns episódios inadequados. Se nós
887 formos ver alguns dados de 10 anos atrás, a REFAP emitia sete vezes mais SO₂. Então, como não se
888 tinha uma medição há 10 anos não se faz essa comparação. Eu digo isso porque a universidade participa
889 também de programa de biomonitoramento da qualidade do ar utilizando plantas da região do entorno da
890 REFAP e nós podemos presenciar com os dados das situações em comparação com as respostas das
891 plantas, uma resposta muito significativa. Pelas plantas nós estamos fazendo uma avaliação do risco
892 ecológico e, aparentemente, mesmo com esses níveis, que algumas vezes são inadequados, ainda bem não
893 é suficiente para causar um problema de risco ecológico. Eu gostaria de sustentar a necessidade da
894 manutenção dessa rede automática e manual da FEPAM. **Sr. Presidente:** Professora, nós temos o
895 empenho de Caxias, Rio Grande, com estações automáticas e estamos buscando, através de pactuações,
896 fazer essa recuperação da rede, mas, em especial, também, nessas regiões mais industrializadas. Eu
897 consultaria, esses dados que a senhora falou do biomonitoramento, tem como dispor para a nossa Câmara
898 Técnica? Pode? Obrigado. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Eu quero reforçar a necessidade da manutenção
899 desses equipamentos, para nós termos isso à disposição para todos saberem a qualidade do ar que nós
900 temos agora. Eu queria citar a preocupação com relação ao futuro, eu acho que o Conselheiro Germano
901 colocou muito bem sobre a qualidade do ar, apesar de que nós não temos ainda todos os instrumentos para
902 medir ela de uma forma mais constante, mais confiável, ela vem se agravando, mas nós temos outro
903 problema extremamente grave no Rio Grande do Sul, que é a perspectiva de instalação de termoelétricas a
904 carvão mineral. Algumas em regiões que são afastadas da região metropolitana, que tem as suas
905 condições atmosféricas distintas, mas um em especial, que é Jacuí, é na região metropolitana de Porto
906 Alegre. Em 2001, quando foi discutido, inclusive, dentro do CONSEMA, a respeito dessa usina, já se
907 tinha a perspectiva utilizando aquela qualidade do ar da época de chegar aos padrões de alerta, de
908 emergência em algumas situações por conta dessa usina, que iria ser a maior fonte de poluição
909 atmosférica da região metropolitana. Agravado a isso, naquela época, alguns dos padrões de emissão
910 estavam baseados em um termo lá de 96, ou seja, as tecnologias evoluíram desde lá, os padrões de
911 emissão evoluíram desde lá. Depois a Câmara Técnica discutiu os padrões para fontes fixas e aqui no Rio
912 Grande do Sul, especificamente, para usinas a carvão. Então, a pergunta, quando que um licenciamento
913 caduca? Quer dizer, a questão de Jacuí I estava baseada também em uma perspectiva de que outras
914 hidrelétricas que já caducaram, lá de Charqueadas, de São Jerônimo, que já estariam sendo desativadas e
915 não foram desativadas, não se adequaram aos padrões estabelecidos lá em 96. E a gente tem a perspectiva
916 de instalação dessa usina agora quando a qualidade do ar está pior e a gente tem menos recursos para
917 monitorar. Enfim, o que seria isso, não seria uma questão para ser revisada na Câmara Técnica de como
918 esse licenciamento continua valendo se a condição de qualidade do ar está piorando? A condição de
919 monitoramento também está piorando, acaba onerando o Estado tendo que avaliar situações emergenciais.
920 Então, queria deixar esse alerta, a nossa preocupação e lamentar que esse ponto de pauta tenha ficado um

921 pouco prejudicado pelo adiantado da hora, pelo último dia dos trabalhos. **Sr. Fábio Bueno:** Em primeiro
922 lugar, a respeito dos equipamentos de monitoramento, como foi apresentado aqui, 25% em
923 funcionamento. Eu acho que deveria ser verificada a questão em relação ao Fundo Estadual, que,
924 realmente, como poderia ser feito pelo CONSEMA em relação a destinar verbas, já que gasta aquela
925 rubrica para segurança e vigilância em parque. Quem sabe uma parte desses recursos para o ano que vem?
926 Tem que ser feita alguma coisa, é a minha opinião. Em relação ao que disse o Conselheiro Germano, na o
927 estudo que foi feito e recentemente divulgado, pode pesquisar na Internet, a média da frota brasileira, a
928 indústria gaúcha até acredito que seja um pouco acima, mas está em torno de 8 anos. Então, para mim o
929 veículo antigo não é o principalmente problema. Eu tenho um veículo que tem 10 anos de uso, creio não
930 ser o único aqui, que tem um catalisador, o catalisador desde 92 já tem obrigação de sair das principais
931 fábricas. Então, na minha opinião, eu acredito que fazendo inspeção veicular, monitoramento, mesmo
932 assim não vai se ter possibilidade de se respirar o ar que está sendo respirado, é impossível. **Sr. Ieda**
933 **(Técnica):** Eu gostaria de fazer uma colocação importante, é na questão da poluição tanto por fontes
934 móveis e por fontes fixas. Nós temos que estar atentos e exigir os devidos controles quando a tecnologia é
935 disponível, porque nós não podemos afirmar que a poluição veicular é a principal causadora de
936 determinadas ultrapassagens dos padrões, assim como há também a questão das fontes fixas. Então,
937 depende muito. A questão do SO₂, com a mudança do teor de enxofre no combustível, a partir de 1993
938 nós tivemos um acentuado decréscimo de SO₂ na qualidade do ar, só que se nós não tivermos também os
939 controles das fontes fixas, essa questão toda está associada com a fonte industrial. Por exemplo, nós
940 estamos com a Câmara Técnica de Recursos Atmosféricos, já fizemos 10 reuniões sobre limite de
941 emissão para fontes fixas a carvão, caldeiras. Em 2004 encaminhamos o Plano de Controle da Poluição
942 Veicular para o CONSEMA, que também tem que ser chamado à discussão. Eu fiz uma afirmativa,
943 depois fui contestada, eu disse que a emissão, o inventário que a FEPAM fez em 2001 sobre SO₂,
944 comparado ao inventário de fontes móveis, veículos, em 2001, uma térmica, como a CTSUL, senão
945 tivesse o devido controle, ela terá, mas senão tivesse equivaleria á emissão de SO₂ da térmica a 70 vezes
946 a emissão da frota da região metropolitana de Porto Alegre em termos de SO₂. É para a gente ter uma
947 noção de que devemos controlar tudo que é possível. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Nós
948 estamos muito preocupados com os padrões de emissão. Por exemplo, uma refinaria pode chegar a
949 60mg/m³ de ás emitido, só que nós não estamos preocupado com a taxa de emissão, a Ieda acabou de
950 dizer que só um empreendimento gera 70% de SO₂ a determinada região. Além de voltar a funcionar os
951 sistemas, procurar fazer os controles de inspeção veicular, o colega falou em colocar catalisador, mas não
952 é bem assim, também tem que ter disposição para isso o veículo. E mesmo assim, se tem um certo tempo,
953 um sensor de monóxido de carbono não fica perto, sai correndo, porque existe um desgaste uma folga,
954 essas folgas não permitem uma combustão básica e completa. Além de tudo isso, nós deveríamos estar
955 preocupados com a taxa de emissão, aí entra o nosso órgão ambiental para fazer nos licenciamentos e nos
956 zoneamentos qual a capacidade. Se você fizer um cálculo por dia, é só 12mg de enxofre, para algumas
957 atividade chega a 280mlg/m³. Agora se tu chegares à conclusão que aquela atividade gera milhões de
958 metros cúbicos por dia, nós estamos jogando milhares de toneladas de enxofre na natureza. Só queria
959 deixar esse alerta, obrigado. **Sr. Leonel Freitas Menezes:** Nós acompanhamos, apesar de ter morando 2
960 anos na Alemanha, a preocupação que eles têm, mais de 90% dos veículos são a diesel ainda e com
961 motores superpotentes gerando uma poluição fantástica. Assim como eles têm uma preocupação muito
962 grande de monitorar, tem a preocupação muito pequena em poluir menos. Então, tem os dois lados da
963 moeda e não vá pensar que a Alemanha é 100% em tudo. A minha preocupação é de ter esses sistemas
964 automáticos não só para o monitoramento do ar, mas, também, o monitoramento da água. No ano passado
965 tivemos o incidente dos Sinos e este ano quase tivemos parte disso se repetindo. E não se tem no Sinos e
966 no Gravataí um sistema de monitoramento automático, e se sabe que todas essas indústrias da região têm
967 determinado horário do dia que libera seus efluentes. Então, a nossa preocupação é essa, de achar uma
968 fonte de recursos para também se colocar nesses rios o monitoramento automático como se faz com o
969 monitoramento do ar. **Sr. Mauricio Colombo:** Como eu fui instado a falar em nome dos Comitês de
970 Bacias, como o Conselheiro colocou a questão do monitoramento da água. O relatório da Força Tarefa, de
971 2006, não sei se foi apresentado neste Conselho, foi, ele previa a instalação de duas estações automáticas
972 no rio dos Sinos e duas no Gravataí. Onde anda isso não sei. **Sr. Presidente:** Pieper, tu participaste da
973 Força Tarefa. A minha curiosidade, que agora foi muito bem destacada pelo Conselheiro Maurício, se nós
974 temos todas aquelas ações que foram desenvolvidas, acredito que seria importante nem que seja na

975 primeira sessão de 2008 trazer, todas as ações desenvolvidas. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Quase todas as 25
976 proposições da Força Tarefa têm sido levadas a cabo, inclusive, a aquisição de três pontos, a saída de três
977 arroios, se eu não me engano, em Portão, no Luiz Ralp e o outro arroio não sei. Quanto às outras nós
978 podemos trazer um relatório mais atualizado de como anda isso. Vou fazer para a próxima reunião um
979 relatório item a item das 25 proposições. **Sr. Presidente:** Podemos passar para o próximo ponto de pauta?
980 Então, Assuntos Gerais. **8. Assuntos Gerais. Sr. Tiago Castagnetti:** As ONGs Núcleo Amigos da Terra,
981 INGÁ e AGAPAN estão solicitando afastamento da Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e
982 Agroindústria, eles encaminham um ofício justificando essa saída. Entre as justificativas está a entrega de
983 documentos devendo ser submetido à discussão na reunião sem tempo necessário para reflexão; a
984 incorporação de documentos e encaminhamento direto ao CONSEMA, sem os mesmos terem passado
985 pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos; renovação da Presidência e eleição efetivada se prazo
986 estabelecido pelo Regimento do CONSEMA; desqualificação do trabalho elaborado na FEPAM,
987 zoneamento ambiental. Além disso, nós temos também propostas de pauta para o CONSEMA, constam
988 seis itens: esclarecimento sobre silvicultura, a precariedade da infra-estrutura do DEFAP, a situação do
989 FUNDEFLOA, apresentação dos resultados do Projeto Mata Atlântica, a questão da implantação e
990 fiscalização das APPs. Em anexo vem a justificativa de todas essas proposições. É isso, Conselheiros. **Sr.**
991 **Presidente:** Uma sugestão, pode-se escanear a proposição dessas organizações, junto com as
992 justificativas, e rodar para os Conselheiros. Aí os senhores sugerirem itens de pauta. Pode ser assim? Aí
993 se tenta fazer uma pauta consensualizada. **Sr. Paulo Brack:** Uma das propostas era fazer em horário
994 inverso. **Sr. Presidente:** Conforme o volume fazer essas discussões em horários inversos. As pautas são
995 muito detalhadas e importantes, não sei. Talvez nesse rodar de informações os senhores possam dar essa
996 sugestão e depois estruturamos. Mais alguém em Assuntos Gerais? Eu dou por encerrada esta reunião e
997 agradeço a forma maravilhosa que este Conselho se pauta, age e atua na questão de valores relevantes na
998 questão ambiental. Ficam todos já convidados para o encerramento. Temos champanhe para
999 comemorarmos mais um final de ano, final dos trabalhos deste Conselho. Está encerrada a sessão.
1000 Obrigado. *(Encerra-se a presente sessão às 17h38min)*